PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS SEGURADORAS

ANO 97 · Nº 927

REVISTA DE SEGUROS

- SEGUROS COBREM DORES E DANOS DAS ACADEMIAS DE GINÁSTICA
- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA 24H DAS COMPANHIAS VIRA XODÓ DOS SEGURADOS
- EL NIÑO, SENHOR DO CAOS CLIMÁTICO, PERMANECE ATUANTE EM 2024

AS PROPOSTAS DO SETOR PARA MITIGAR A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Aponte seu celular para conhecer o Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros, Previdência Aberta, Saúde Suplementar e Capitalização (PDMS)

SUMÁRIO

06

ENTREVISTA

Secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto sugere que o setor de seguros invista em títulos de crédito privado que financiem empresas ou projetos de infraestrutura para diversificar.

28

UNIÃO EUROPEIA

Legislação da União Europeia contra desmatamento prevê a criação de um *ranking* dos países com riscos mais acentuados e pode ameaçar as exportações agrícolas e pecuárias do Brasil a partir de dezembro do próximo ano.

10

COP28

Destacadas pela relevância e pelos desafios assumidos, as seguradoras brasileiras galgaram um novo patamar no protagonismo da sustentabilidade durante a COP28. O Brasil reuniu a maior delegação estrangeira do evento.

32

ECONOMIA VERDE

Regulamentação da agenda de políticas sobre o clima, que inclui crédito de carbono, energias renováveis e títulos verdes, abre novas oportunidades de negócios. Regulamentação depende do Congresso e do Governo.

14

MINERAÇÃO

Resiliência das barragens de mineração frente às mudanças climáticas é hoje uma preocupação global. No Brasil, a estrutura da maioria delas foi construída com base em estudos que não consideravam os impactos do clima.

18

PERSPECTIVAS 2024

Os presidentes da CNseg, FenaPrevi, FenSeg, FenaSaúde e FenaCap falam sobre as expectativas para os negócios do setor no próximo ano, apontando oportunidades e desafios de cada segmento.

26

FENÔMENO CLIMÁTICO

Secas no Norte, inundações no Sul: os efeitos do El Niño devem perdurar até o segundo semestre de 2024, mas com impactos reduzidos após dezembro, quando ocorre o ápice de suas atividades.

34

GT SUSEP

Grupo de Trabalho identifica necessidade de se construir diálogos entre seguradoras e consumidores e de buscar alternativas para impulsionar o seguro como um instrumento de desenvolvimento econômico.

EXPEDIENTE

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE
Roberto de Souza Santos

1º VICE-PRESIDENTE
Ivan Luiz Gontijo Junior

VICE-PRESIDENTE
Luciano Soares e Pablo dos Santos Meneses

VICE-PRESIDENTES NATOS
Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade, Denis dos Santos Morais , Edson Luis Franco e Manoel Antonio Peres

DIRETOR-PRESIDENTE
Dyogo Oliveira

DIRETORES
Eduard Folch Rue, Eduardo Nogueira Domeque, Eduardo Stefanello Dal Ri, Erika Medici Klaffke, Felipe Costa da Silveira Nascimento, Francisco Alves de Souza, Helder Molina, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski, Marcelo Malanga, Patricia Andrea Freitas Velloso dos Santos, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão, Pedro Pereira de Freitas, Ullisses Christian Silva Assis

REVISTA DE SEGUROS
Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

EDITORA-CHEFE
Carla Simões - Jornalista 27138

EDITORES EXECUTIVOS
Clovis Horta e Vagner Ricardo

EDITORA DE IMAGEM
Kleber Batista Mattoso

ORIENTAÇÃO EDITORIAL
Alexandre Leal, Carla Simões, Dyogo Oliveira, Genildo Lins, Glauce Carvalhal

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO
Interponto

COLABORADORES
Bianca Rocha, Celia Perrone, Chico Santos, Fernanda Thurler, Gabriel Oliven, Jorge Clapp, Mário Moreira, Michel Alecrim e Vagner Ricardo

FOTOGRAFIA
Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens Google, CBJ, COB, divulgação de empresas e Wagner Carmo CBAt.

PROJETO GRÁFICO
Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA
Maicon Silva

DIAGRAMAÇÃO
Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA
Superintendência Executiva de Comunicação e Marketing da CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
https://revistadeseguros.cnseg.org.br/
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadra1/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE
Trimestral

CIRCULAÇÃO
Digital: 4.000 destinatários
Impressa: 2.000 destinatários

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

[**Por:** Dyogo Oliveira **Foto:** Arquivo CNseg]

SEGUROS À FRENTE DA CRUZADA PARA AMPLIAR A RESILIÊNCIA DIANTE DOS EXTREMOS DO CLIMA

O mercado segurador amplia seu protagonismo nos debates sobre mudanças climáticas, dado seu importante papel para resiliência e suporte aos governos e aos cidadãos atingidos por eventos extremos. A participação inédita da CNseg na 28ª edição da Conferência do Clima da ONU, COP28, tema da matéria de capa desta edição, joga luzes nas soluções criadas e apresentadas a executivos (públicos e privados) de proteção da população mais vulnerável, das infraestruturas relevantes e ainda das áreas produtivas.

A recorrente incidência de desastres naturais de Norte a Sul do País não deixa dúvidas de que o alcance dos seguros precisa ser ampliado substancialmente para reduzir *gaps* de proteção, quer no campo, quer nas cidades. Novos produtos no forno e ajustes em coberturas já existentes, mirando proteger pessoas e negócios, estão nesse esforço ininterrupto do mercado segurador.

Ainda no campo da sustentabilidade, há um bloco de reportagens sobre seus múltiplos aspectos. Uma delas examina como a regulamentação de políticas sobre o clima abre novas oportunidades de negócios, enquanto outra demonstra como as mudanças climáticas aumentam os riscos de acidentes em barragens no Brasil.

Também o portfólio de investimentos do setor é outra arma potente em favor da transição para a economia verde. O mercado hoje reúne valor significativo em ativos garantidores que podem ser usados para financiar projetos "verdes", vitais no combate aos efeitos da mudança climática.

Aliás, uma boa indicação nesse sentido consta da entrevista exclusiva dada à Revista de Seguros pelo secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto. Para ele, o setor tem espaço para diversificar seus investimentos, ampliando sua contribuição para o desenvolvimento do País. Em razão disso, ele confirma que o Governo estuda flexibilizar as regras de alocação dos ativos garantidores do mercado e sugere a diversificação dos recursos do setor, hoje só alocados em títulos públicos.

A Revista de Seguros também destaca o renovado interesse do Governo Federal e do Congresso por temas que favorecem o mercado segurador, colocando-o cada vez mais próximo do centro das políticas públicas. Hoje, dois assuntos de grande relevância, como o seguro social contra catástrofes e a necessidade de contratação de seguro para descomissionamento e/ou descaracterização de barragens, fazem parte das discussões da CNseg com interlocutores em Brasília.

Por fim, examinamos os riscos às exportações brasileiras após a legislação da União Europeia, que proíbe, a partir de dezembro de 2024, o ingresso de produtos vindos de áreas desmatadas. Falamos também dos serviços de assistência 24h das seguradoras, que são o xodó dos consumidores na hora do sufoco. Reportagens sobre os seguros específicos para proteger as academias de ginástica e os benefícios do seguro viagem são outros destaques desta edição.

Boa leitura a todos!

[**Por:** Mário Moreira **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens, Agência Brasil]

"O MERCADO SEGURADOR DEVE DIVERSIFICAR SEUS INVESTIMENTOS"

O setor de seguros tem espaço para diversificar seus investimentos de modo a ampliar sua contribuição para o desenvolvimento do País. A afirmação é do secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, que sugere aplicação em títulos de crédito privado voltados ao financiamento de empresas ou para o custeio de projetos de infraestrutura como forma de diversificação.

Para isso, o Governo estuda alterar as regras de investimento das seguradoras e das entidades de previdência complementar aberta. "Esperamos que a flexibilidade maior também gere mais possibilidades de retorno e diversificação de riscos às carteiras das seguradoras." O mercado segurador é um dos maiores investidores institucionais do País.

Barbosa Pinto fez um balanço positivo das ações da Secretaria que comanda, como o programa Desenrola Brasil, iniciado em julho e que visa desnegativar a população. Falou também sobre as medidas para ampliar o crédito e as novas ações em estudo para estimular a economia.

Qual o balanço até agora do Desenrola Brasil? Os resultados estão dentro do esperado?

O resultado é muito positivo. Trata-se de um programa de renegociação de dívidas que não só simplifica o processo de regularização financeira como garante comodidade e praticidade aos participantes. O programa oferece diversas opções de pagamento: além do parcelamento disponível para as dívidas com descontos maiores, é possível quitar a dívida via boleto bancário, Pix ou débito em conta. Tudo online. E, por isso, os números de dívidas negociadas estão avançando. O programa Desenrola tem grande aceitação da sociedade, e os resultados superaram as expectativas: 2,7 milhões de brasileiros já renegociaram dívidas e, somente na plataforma, foram cerca de R$ 2 bilhões de descontos em mais de um milhão de renegociações. Estamos redobrando os esforços em ações de comunicação, para que o maior número de pessoas possível possa se beneficiar.

Em que medida a desnegativação de milhões de brasileiros pode ajudar a alavancar a economia e em quanto tempo?

A desnegativação permite que essas pessoas voltem a ter acesso ao crédito oficial, contribuindo para a melhoria das finanças pessoais e da qualidade de vida da população. O Mi-

"O programa Desenrola tem grande aceitação da sociedade, e os resultados superaram as expectativas: 2,7 milhões de brasileiros renegociaram dívidas e, somente na plataforma, foram cerca de R$ 2 bilhões de descontos."

nistério da Fazenda iniciou uma avaliação dos impactos do programa no mercado de crédito, e ainda não temos os resultados concluídos. Espera-se que os resultados já sejam observados no curto prazo, considerando que os efeitos benéficos do programa sobre a vida das pessoas e o mercado de crédito são imediatos.

Para o setor privado, o programa estimula a recuperação de créditos antes classificados como de difícil recuperação e cria incentivos para que seja ampliada a oferta de crédito. O alto volume dos descontos oferecidos mostra a importância das renegociações para o setor privado e a expectativa de que esses recursos sejam injetados no setor produtivo, alavancando a economia.

O alto endividamento das famílias mostra a importância de dinamizar o mercado de crédito. Em abril, o Governo lançou um pacote para estimular o crédito, visando reduzir custos operacionais e juros. Há outras medidas em vista?

São medidas estruturais com o potencial de ampliar o crédito e aumentar a eficiência do sistema financeiro de forma sustentável, e benefícios observados ao longo de muito tempo. Mas acreditamos que os primeiros impactos serão percebidos na economia já a partir dos próximos meses. A maioria das medidas já saiu do Executivo no formato de decretos ou projetos de lei. Alguns foram convertidos em leis, como: recursos previdenciários como garantias de empréstimos (Lei 14.652/2023); novo Marco de Garantias (Lei 14.711/2023); desburocratização do acesso ao crédito (Lei 14.690/2023); e simplificação na emissão de

debêntures (Lei 14.711/2023). Há, ainda, alguns projetos de lei em tramitação no Congresso: proteção a investidores no mercado de capitais (PL 2.925/2023); Lei de Infraestruturas do Mercado Financeiro (PL 2.926/2023); e ampliação da atuação das cooperativas de seguros (PL 101/2023).

O senhor já se declarou a favor de uma participação maior do mercado de seguros no setor de crédito. O que falta para isso ocorrer? O Governo vai propor algum estímulo?

Atualmente, a carteira de investimentos do setor de seguros e de previdência aberta no Brasil está concentrada na aplicação em títulos públicos. Acreditamos que há espaço para diversificação, com aplicação em títulos de crédito privado voltados ao financiamento das empresas e instrumentos de financiamento de projetos de infraestrutura, por exemplo, que representam perfis de investimento tipicamente realizados por investidores institucionais e pelas carteiras de planos de previdência. Para tanto, estamos avaliando eventuais alterações nas regras de investimento das seguradoras e das entidades de previdência complementar aberta definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A ideia é simplificar e alinhar as regras das aplicações de previdência complementar com as práticas internacionais, buscando mais neutralidade e menos restrições para as modalidades de investimento. Esperamos que a maior flexibilidade também gere mais possibilidades de retorno e diversificação de riscos às carteiras das seguradoras.

No final de outubro, o Governo enviou ao Congresso um projeto de lei reformulando o seguro DPVAT, cuja cobrança foi suspensa pela gestão anterior. O projeto prevê a criação de um fundo mutualista privado a ser gerido pela Caixa, que, desde 2021, opera um modelo emergencial e transitório. Quais as vantagens desse novo modelo?

O modelo proposto visa à continuidade da política pública de proteção às vítimas de acidentes, com base em um modelo eficiente e sustentável, que busca evitar os erros e as fragilidades do passado e se beneficiar da experiência recente, em que o seguro operou em regime extraordinário e temporário, com maior eficiência e economicidade proporcionadas pela gestão da Caixa. A proposta visa também preservar sua natureza de política social, incorporando a premissa de universalidade de cobertura, ao assegurar o pagamento de indenização para acidentes causados por veículos inadimplentes ou não identificados.

O presidente Lula sancionou o Marco das Garantias, que facilita para bancos e outros credores a execução de dívidas, em caso de inadimplência, e prevê que o contrato de contragarantia seja um título executivo extrajudicial. Quais as vantagens da nova lei para o setor segurador? Haverá impacto nos juros?

A Lei 14.711/2023, conhecida como o Marco das Garantias, traz aprimoramentos relevantes para tornar mais eficiente o processo de constituição e de execução de garantias. Os prazos e as taxas de recuperação de crédito são muito altos no País. Com mais segurança jurídica e fortalecimento na utilização de garantias nas operações de empréstimos, a expectativa é de ampliação substancial no mercado de crédito a taxas de juros menores.

"A ideia é simplificar e alinhar as regras das aplicações de previdência complementar com as práticas internacionais, buscando mais neutralidade e menos restrições para as modalidades de investimento."

Em relação ao mercado de seguros, os reflexos também serão positivos. Há um dispositivo específico na lei que inclui o Contrato de Contragarantia, tipicamente utilizado em contratos de seguro garantia como título executivo extrajudicial no Código Civil. Com isso, busca-se, da mesma forma, reforçar a possibilidade de utilização de instrumentos de garantia no âmbito do sistema financeiro de um modo amplo, com efeito de redução de custos e riscos para as seguradoras recuperarem seus créditos regressivos e, consequentemente, maior oferta de coberturas e valores de prêmios menores para os segurados.

“Estamos debatendo ajustes nas regras dos seguros garantia e rural para estabelecer condições mais favoráveis à realização de grandes obras de infraestrutura e de investimentos no setor do agronegócio.”

Que outras áreas deverão receber a atenção da Secretaria? É possível adiantar novas medidas?

Além das medidas já aprovadas ou em fase final de amadurecimento, a Secretaria vem coordenando diversos projetos voltados ao aperfeiçoamento do arcabouço normativo e à implementação de reformas que visem ao aumento da produtividade e ao desenvolvimento econômico e social.

No âmbito da Agenda de Reformas Financeiras, temos debatido 17 propostas com o objetivo de ampliar a eficiência do sistema financeiro. No mercado de crédito, estamos discutindo, entre outras medidas, o processo de concessão de crédito consignado, com vistas a torná-lo mais simples e eficiente, ajudando a aumentar o acesso ao crédito barato para milhões de trabalhadores. Estamos também procurando simplificar e aperfeiçoar a estrutura para emissão de dívidas privadas, de forma a ampliar o acesso ao mercado de capitais para as empresas de menor porte.

Além da flexibilização das regras de investimento, há outras medidas em estudo para o mercado de seguros?

Estamos debatendo ajustes nas regras dos seguros garantia e rural para estabelecer condições mais favoráveis à realização de grandes obras de infraestrutura e de investimentos no setor do agronegócio. Um debate em que estamos atuando ativamente é o relativo às regras de solvência dos fundos de pensão. São investidores institucionais fundamentais para financiar grandes projetos de investimento e cujas regras atuais representam entraves.

Essa questão se torna ainda mais relevante com o avanço na tramitação do PL 2.646/2020, que cria as Debêntures de Infraestrutura, as quais representam um instrumento natural para esses investidores. Outra medida importante é a proposta de alteração da Lei de Falências, que deverá ser apresentada ainda neste ano, para tornar o processo falimentar mais célere e efetivo, ampliando a taxa de recuperação de créditos e mitigando os riscos de perdas a todos os envolvidos, permitindo que os ativos produtivos sejam realocados ao seu melhor uso.

Na área de promoção de investimentos em infraestrutura, estamos tratando da criação de uma nova série de debêntures incentivadas, bem como da instituição de novos instrumentos de captação dos bancos de investimento e ampliação das alternativas de indexadores oferecidos pelas instituições financeiras aplicadoras de recursos de fundos de fomento.

[**Por:** Carla Simões e Vagner Ricardo **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

COP28 E O NOVO PATAMAR DO PROTAGONISMO DO MERCADO DE SEGUROS

Brasil discute pela primeira vez na Conferência realizada em Dubai, nos Emirados Árabes, formas de contribuição das seguradoras para as soluções com vistas à transição climática

Representadas por sua principal liderança, a CNseg, as seguradoras assumiram um novo patamar no protagonismo da sustentabilidade, ao terem sua relevância destacada e novos desafios endereçados durante a COP28, a 28ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida de 30 de novembro a 12 de dezembro, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Esta foi a primeira vez que o Brasil, além de reunir a maior delegação estrangeira presente (1.337 inscritos, segundo a ONU), discutiu, na Conferência e com participação da CNseg, as formas como as seguradoras podem construir soluções para ampliar a resiliência do País, dada a transição climática.

A régua da performance do setor é cada vez mais alta, afirmou Butch Bacani, líder do Programa "Iniciativa de Princípios para Seguros Sustentáveis" (PSI) da ONU. "Eu acho que, nos próximos dois anos, o mercado segurador brasileiro agirá positivamente para transformar ambição em ação, convertendo princípios em práticas em termos de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. De saída, porque o PSI foi criado no Brasil em 2012, na Conferência Rio+20, o que significa que esse tema vem sendo trabalhado há alguns anos. A indústria, portanto, deverá fortalecer a resiliência climática, a inclusão climática social e financeira, criando uma alavanca de transição para uma economia com emissão zero", declarou Bacani.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, declara-se entusiasmado pelo fato de que o mercado segurador se colocou, durante a COP28, como parte das soluções para as mudanças climáticas. "O papel das seguradoras é crucial na mudança climática. Temos oportunidades, desafios, soluções e riscos pela frente na agenda para salvar o planeta da ameaça do caos climático, quer com a criação de produtos mais inclusivos para proteger pessoas, vidas, negócios; quer com um política de investimento de nossos ativos que contemple alocação em prol da descarbonização. Não podemos perder tempo porque a crise climática já chegou", destacou ele, que participou das conversas ao lado da diretora de Sustentabilidade e de Relações de Consumo da Confederação, Ana Paula de Almeida Santos.

Olhando o retrato mais recente do País — seca severa no Norte; chuvas torrenciais e frequência de ciclones e tornados no Sul —, não há dúvidas de que os extremos do clima já são uma realidade e tendem a elevar as perdas econômicas nos próximos anos. Todos correm riscos extraordinários, mas a população mais pobre nas cidades ou no campo, nações em desenvolvimento e a segurança alimentar, diante da volatilidade climática,

"Nos próximos dois anos, o mercado segurador brasileiro agirá positivamente para transformar ambição em ação, convertendo princípios em práticas em termos de adaptação e mitigação das mudanças climáticas."

Butch Bacani, PSI/ONU

estão mais expostas. "O impacto da transição climática é desigual entre os países e entre as classes sociais. Desafortunadamente, impacta mais os países mais pobres e as classes de menor renda. O seguro, que, em sua essência, significa compartilhamento de risco entre diferentes atores, é o instrumento mais adequado para compensar as classes menos favorecidas dos danos que elas vão sofrer com a transição climática", destacou Dyogo Oliveira, ao participar do painel "Transição financeira justa – um caminho para bancos e seguradoras" , organizado pela UNEP FI – programa de iniciativa financeira da ONU para Meio Ambiente e Organização Internacional do Trabalho.

Um dos principais momentos da COP28 foi a divulgação do relatório Global Stocktake (GST), que avalia o cumprimento coletivo das metas do Acordo de Paris (2015) e destaca o que ainda precisa ser feito pelas nações para conter a elevação da temperatura da Terra em até 1,5ºC acima do nível registrado no período pré-Revolução Industrial. Tarefa cada mais complexa, já que 2023 conta os dias para ser fechado como o ano mais quente da História, ao atingir temperatura 1,4°C acima dos níveis pré-industriais.

INTERCÂMBIO GLOBAL

Diante desse cenário, a delegação da CNseg se reuniu com lideranças internacionais e brasileiras para discutir pontos importantes e propostas emergenciais para incluir na agenda institucional de sustentabilidade do setor. "Esse intercâmbio global enriquece e encorpa a agenda da sustentabilidade do mercado de seguros e, ao mesmo tempo, exige rapidez em sua execução, à medida que enfrentamos riscos emergentes cada vez mais complexos e desafiadores", afirmou ele.

Neste sentido, a diretora Ana Paula destacou a parceria firmada entre a CNseg e o ICLEI, uma organização não governamental internacional que promove o desenvolvimento sustentável. O fruto dessa parceria será a criação de programas de seguros voltados para a infraestrutura dos municípios vulneráveis a desastres climáticos. O acordo foi formalizado durante a COP28. "O objetivo é formar um grupo de cidades para identificar os riscos e a infraestrutura e desenvolver um produto com as coberturas, as formas de contratação e as características da apólice, e, junto com isso, atrair as empresas a participarem", contou.

O projeto, subsidiado inicialmente pelo Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), será implementado inicialmente nas cidades brasileiras de Belo Horizonte (MG), Recife (PE) e Salvador (BA), municípios que já possuem experiência em parcerias com instituições internacionais.

Para Rodrigo de Oliveira Perpétuo, secretário-executivo do ICLEI, essa parceria fortalece a gestão pública municipal e atende à população que mais precisa do recurso e contribui para um sistema de prevenção de desastres mais eficiente do Brasil. "O que estamos desenhando são seguros de infraestrutura das cidades, com critérios de resiliência, e a lógica é desenvolver este mercado de compras de seguros por parte dos municípios e um produto aderente das seguradoras que atenda à necessidade dos municípios", explica.

DESAFIOS

A pauta das discussões setoriais incluiu debates sobre o novo roteiro da Unep FI criado para bancos e seguradoras implementarem uma política de financiamento mais assertiva em favor da descarbonização dos negócios. Na oportunidade, foi lançado o relatório "Just Transition Finance – Pathways for Banking and Insurance Activities", que destaca as abordagens que os bancos e as companhias de seguros devem adotar para tomar medidas concretas nessa matéria.

Tendo em vista os gastos para a transição da economia verde – de mais de US$ 125 trilhões pelas estimativas da UNEP FI – supõe-se que a descarbonização será um processo gradual, exigindo crescente participação do setor de seguros para o enfrentamento dos eventos extremos nos próximos anos, principalmente em favor dos grupos mais vulneráveis. No Brasil, algo entre 8 milhões e 10 milhões de brasileiros vivem em áreas de risco.

A rigor, algumas soluções do mercado já estão embaladas e à espera de aprovação. A CNseg levou ao Governo brasileiro a proposta de implementação do seguro social contra catástrofe, que cobre danos causados por chuvas severas, inundações, alagamentos ou desmoronamentos no Brasil. A indenização emergencial para as vítimas, de até 20 mil por residência afetada, oferece ainda auxílio funeral às vítimas de calamidades públicas. O seguro terá valor médio de até R$ 3 e a ideia é embutir a cobrança na conta de luz.

Na linha de riscos vultosos, considerando-se os efeitos devastadores do rompimento das barragens de Mariana/MG, em 2015, e de Brumadinho/MG, em 2019 – danos ao meio ambiente, ao patrimônio das famílias da região e milhares de mortes – o mercado apoia o projeto que

> *"O seguro, que em sua essência significa compartilhamento de risco entre diferentes atores, é o instrumento mais adequado para compensar as classes menos favorecidas dos danos que elas vão sofrer com a transição climática"*
>
> **Dyogo Oliveira,** CNseg

prevê a contratação obrigatória de seguro para danos causados por barragens.

Defende-se ainda a disseminação do seguro paramétrico no Brasil, mas há pelo menos dois desafios significativos: um é a carência de uma malha de estações meteorológicas no País, o que afeta a precisão na definição dos parâmetros para acionar o seguro; outro é a superação da insegurança jurídica e do risco de judicialização, o que pode desencorajar a adoção mais ampla desses produtos consagrados no mercado mundial, principalmente nas atividades agro.

À lista de produtos sustentáveis, Dyogo Oliveira acrescenta o seguro rural, fundamental para ampliar a resiliência do campo e mesmo a segurança alimentar. "Hoje apenas 10% da área plantada têm seguro rural, e precisamos aumentar esse percentual no agronegócio brasileiro", assinala ele.

Algo fundamental, olhando a severidade dos danos no agronegócio em todo o planeta. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) informa que, entre 1991 e 2021, os efeitos de eventos climáticos extremos geraram prejuízos de US$ 3,8 trilhões para produção agrícola mundial, o que representou um dano médio anual de US$ 123 bilhões, equivalendo a 5% do PIB agrícola mundial. Também essa é uma conta cada vez mais salgada em uma área nevrálgica para a humanidade.

NÚMEROS CATASTRÓFICOS

Os dados sobre os impactos dos desastres naturais no País saltam ano a ano, confirmando que o Brasil entrou de vez no radar dos riscos climáticos. Esses eventos geraram prejuízos à iniciativa privada da ordem de R$ 320,1 bilhões entre os anos de 2013 e 2022, de acordo com o Ministério da Integração Regional. Os setores mais afetados foram a agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços. Desse total, a agricultura e a pecuária responderam por 90% dos prejuízos.

As cidades também sofrem com as mudanças climáticas. Ainda segundo o Ministério da Integração, 93% dos municípios foram atingidos por pelo menos um desastre natural que resultou na decretação de estado de emergência ou calamidade pública. Acrescente-se que, em 2.640 cidades, mais de 4,2 milhões de pessoas ficaram desabrigadas.

Líder nas tragédias climáticas, a região Sul tem o maior percentual de casas afetadas, ou seja, um milhão de imóveis danificados e 55 mil destruídos.

No mesmo período, ainda segundo dados do Governo, mais de 2,2 milhões de moradias sofreram danos, totalizando prejuízos de R$ 26 bilhões. Desse total, R$ 16 bilhões na região Nordeste.

Chama a atenção, reforçando os sinais de frequência e severidade dos eventos climáticos, o fato de que 70% (R$ 18,3 bilhões) dos prejuízos foram registrados de 2020 a 2022.

Ao mesmo tempo, os dados disponíveis confirmam a condição de lacunas de proteção, em meio a níveis crescentes de riscos, com eventos ameaçadores à riqueza, renda e propriedade. "Esse gargalo de coberturas securitárias representa um grande desafio ao bem-estar e à prosperidade econômica dos indivíduos e das sociedades", reconhece a diretora Ana Paula Santos

Como exemplo, ela lembra que, no Brasil, apenas 17% das residências possuem seguro residencial, o que representa 12,7 milhões de residências seguradas. Acrescenta que o segmento de seguros gerais é o mais exposto aos impactos climáticos, mas há reflexos no desvio da sinistralidade de outras modalidades, como vida e saúde.

Todo esse cenário só reforça a necessidade do setor segurador se fazer presente em todos os fóruns – nacionais e internacionais – em que questões de transição ou mudanças climáticas estiverem sendo debatidas.

"A presença da CNseg na COP28, apesar de inédita, é fundamental e reafirma o interesse legítimo do setor de seguros no Brasil em ser parte da solução para superar os desafios relacionados às mudanças climáticas. Somos um aliado de primeira ordem de governos e da sociedade civil para a construção de resiliência à mudança climática", reforça Ana Paula.

[Por: Fernanda Thurler Fotos: Divulgação, IBAMA]

RISCOS NAS BARRAGENS DO PAÍS AUMENTAM COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A maioria das unidades do País foi construída com base em estudos que não levaram em conta os efeitos extremos do clima. Casos de Mariana e Brumadinho inspiraram uma série de medidas de segurança.

A segurança das barragens de mineração no Brasil tem sido alvo de grande atenção nos últimos anos, tanto em razão dos acontecimentos trágicos que trouxeram à tona os riscos associados a essas estruturas, quanto dos eventos de precipitação extremos, como ciclones, tempestades e chuvas intensas, resultantes das fortes variações climáticas registradas no mundo todo.

Não por acaso, a resiliência das barragens frente aos impactos das mudanças climáticas é hoje uma questão global, como ficou claro na pauta da Reunião da Comissão Internacional de Grandes Barragens, realizada em junho, em Gotemburgo, na Suécia. No Brasil, os desastres nas cidades mineiras de Mariana (em 2015) e Brumadinho (2019) alertaram para a necessidade urgente de reavaliar e fortalecer as práticas de segurança entre barragens — e, desde então, o setor vem enfrentando desafios significativos, mas também registra avanços notáveis.

O Relatório de Segurança de Barragens 2022 (RSB 2022) informa que o número de barragens identificadas pelos órgãos de fiscalização como preocupantes no ano passado (122) foi 35% inferior ao registrado em 2021 (187). Segundo o levantamento, somente em oito estados as barragens não são fonte de preocupação: Amazonas, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe. Os que têm barragens em situação de risco são: Pará (35), Minas Gerais (14), Pernambuco (13), Rio Grande do Sul (13) e Espírito Santo (dez).

"Essas estruturas não necessariamente representam risco de rompimento. Elas são analisadas sob a ótica de um conjunto de informações fornecidas e de acordo com critérios estabelecidos por cada órgão fiscalizador, o que inclui gestão, manutenção e correção das anomalias", informa o coordenador de Regulação de Segurança de Barragens da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Rogério Menescal.

Segundo ele, as classificadas como preocupantes pelos Órgãos Fiscalizadores de Segurança de Barragens (OFSBs) são as que apresentam algum tipo de comprometimento quanto à segurança e, em caso de acidente, podem representar perda de vidas humanas. "Essas estruturas devem ser levadas em consideração na aplicação de recursos, na implementação de políticas públicas e, principalmente, na definição de critérios de prioridade para atuação dos órgãos fiscalizadores."

Os relatórios de segurança são elaborados anualmente, sob a coordenação da ANA, com base em informações enviadas pelos 33 órgãos de fiscalização. O objetivo é apresentar à sociedade um panorama da evolução da segurança das bar-

ragens brasileiras e da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

MAIS SEGURANÇA

Estabelecida pela Lei nº 12.334/2010 (alterada pela Lei nº 14.066/2020), a PNSB aumenta as exigências de segurança das barragens, proíbe o uso de barragem a montante e prevê multas de R$ 2 mil até R$ 1 bilhão aos infratores.

A norma estabeleceu ainda a implementação do Sistema de Classificação de Barragens de acordo com o Risco (CRI) e Dano Potencial Associado (DPA), a criação do Plano de Segurança de Barragens (PSB), do Sistema de Informações Sobre Segurança de Barragens (SNISB), do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima) e do Relatório de Segurança de Barragens (RSB).

O relatório aponta ainda diretrizes para a atuação de fiscalizadores e empreendedores desse tipo de estrutura, oferecendo insumos para a promoção de ações preventivas e corretivas junto aos envolvidos na temática de segurança de barragens — que podem ser a montante, a jusante e em linha de centro.

O RSB vem registrando, desde 2018, avanço na implementação da PNSB, com o aumento do cadastro das estruturas, que passou de 22.654 para 23.977 — um incremento de 6% entre 2021 e 2022. Mas, na avaliação de Menescal, a implementação efetiva da PNSB é um desafio para os atores do sistema em razão das barragens do País que ainda não estão classificadas, cadastradas ou sequer documentadas.

"Apesar da evolução considerável dos últimos anos, é evidente a necessidade de ampliar os trabalhos de localização e cadastramento das

"É evidente a necessidade de se ampliar os trabalhos de localização e cadastramento das barragens e identificar os respectivos empreendedores. Ainda há muito a evoluir."

Rogério Menescal, ANA

barragens e identificar os respectivos empreendedores. Ainda há muito a evoluir para o cumprimento e o alcance das exigências estabelecidas na PNSB.", diz Menescal.

Entre outros fatores, o coordenador da ANA destaca a necessidade de aumento da dotação orçamentária e dos investimentos privados nas ações da política de segurança das barragens. Os recursos aplicados em ações de infraestrutura e segurança tiveram queda de 12% entre 2021 e 2022: de R$ 127,8 milhões para R$ 113 milhões. "A conscientização sobre a necessidade de se disponibilizar mais recursos públicos e privados vem aumentando, mas o montante efetivo ainda está aquém da necessidade", afirma.

FISCALIZAÇÃO

De acordo com a Política Nacional de Segurança de Barragens, a ANA é responsável pela fiscalização das barragens de usos múltiplos da água em corpos hídricos de domínio da União para as quais emite outorga de direito de uso de recursos hídricos, exceto para geração hidrelétrica, que são fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). No caso das estruturas para armazenamento de rejeitos de mineração, a fiscalização fica a cargo da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Com base na Declaração de Condições de Estabilidade (DCE) das estruturas de barragens enviadas pelas mineradoras semestralmente, a ANM também emite relatórios, que, ao fim do ano fiscal, são copilados e enviados à ANA. De acordo com as DCEs recebidas pela agência em setembro, houve um significativo aumento no número de barragens cuja segurança foi atestada: das 456 barragens inseridas na PNSB, 93% atestaram estabilidade em suas estruturas.

O superintendente de Segurança de Barragem de Mineração da agência, Luiz Paniago, credita o excepcional resultado à ação fiscalizatória da ANM em conjunto com as ações de segurança feitas por todos *stackeholders* do processo: Ministério Público, auditorias, consultorias e os empreendedores.

De fato, tanto a indústria quanto os órgãos reguladores têm implementado padrões mais rigorosos em relação ao design, construção e manutenção de barragens. Isso inclui auditorias independentes e avaliações de risco mais abrangentes. Mas ainda são muitos os desafios. Entre eles, a resolução da ANM que estabeleceu a descaracterização das barragens de mineradoras até 2027, afirma o especialista na área Luis Arís, também gerente de Desenvolvimento de Negócios da Paessler Latam.

> *"Esse delicado processo (de descaracterização das barragens) é feito sem a retirada do rejeito, que se torna parte da paisagem. Essa é uma metacrítica para o setor minerador brasileiro."*
>
> **Luis Arís,** Paessler Latam

Arís explica que a descaracterização consiste na drenagem da barragem e plantio de vegetação no local que antes abrigava o rejeito produzido pelas mineradoras. "Esse delicado processo é feito sem a retirada do rejeito, que se torna parte da paisagem. Essa é uma metacrítica para o setor minerador brasileiro, responsável por 3% do PIB em 2022", avalia.

Segundo ele, trata-se de um processo extremamente delicado e que exige o uso de tecnologias de monitoramento para ser feito com segurança. O processo é regulado por um protocolo criado em 2020 a partir de uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM) e dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI).

O marco para a segurança das barragens, incluindo as que não serão descaracterizadas, é o Global Industry Standard Tailings Management (GISTM), diz ele. "É o padrão que estabelece as melhores práticas, 15 princípios e 77 requisitos, para a gestão do ciclo de vida dos depósitos de rejeitos, incluindo o projeto, a operação e o fechamento da barragem".

O protocolo GISTM exige ainda a manutenção dos processos de monitoração pelo período de dois anos após o fechamento da barragem. "Isso colabora para reduzir os riscos inerentes ao processo de descaracterização das barragens."

A abordagem, observa Arís, contribui para que o setor avance na agenda ESG, "O relatório divulgado pela Delloite em 2022 aponta o atraso da indústria mineradora brasileira em relação à

"No Brasil, há cerca de dez mil barragens de portes variados. A maioria delas construída com base em premissas hidrológicas pré-mudanças climáticas, que não consideram eventos extremos."

Diego Baptista de Souza, Nova Engevix

de países como Canadá e Austrália em questões de sustentabilidade e inclusão social. As lições aprendidas com Brumadinho e Mariana estão mudando o mercado mundial de mineração. Nessa jornada, tecnologias preditivas de monitoração ajudam as mineradoras a eliminar, com segurança e controle, as barragens a montante do mapa", analisa.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Diego Baptista de Souza, mestre em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental e presidente da Nova Engevix Engenharia, destaca a mudança do clima como uma ameaça importante à segurança das barragens. "No Brasil, temos pelo menos dez mil barragens de pequeno a grande portes. A maior parte construída com base em premissas hidrológicas pré-mudanças climáticas, ou seja, sem considerar os riscos advindos da intensificação dos eventos extremos", afirma.

Segundo ele, a não consideração desses riscos ocorre inclusive em países do primeiro mundo, onde pouquíssimos proprietários de barragem ou órgãos reguladores têm uma estrutura ordenada ou cientificamente defensável para descrever os efeitos das alterações climáticas nas precipitações extremas.

"Para o caso de adaptar as barragens às chuvas mais intensas, devem ser consideradas a direção das mudanças climáticas e as metodologias mais apropriadas para barragem ou sistema específico." Na avaliação de Souza, também é necessário considerar o tamanho e/ou classificação de consequência de uma barragem.

"É provável que se adote uma ação diferenciada para pequenas barragens em comparação às grandes. As primeiras foram projetadas para critérios mais baixos e podem ser impactadas de forma diferente. Na prática, isto significa garantir que as barragens existentes sejam resilientes às mudanças climáticas."

Souza observa ainda a necessidade de investimentos em estudos hidrológicos, considerando análises mais robustas, incluindo verificação de hipóteses de estacionaridade de séries, análises de riscos e cenários das cheias máximas prováveis.

"Para muitos casos, são indicadas obras de adaptação (retrofit), tanto em aumento dos órgãos extravasores, quanto em alteamento das barragens, além de soluções mais inteligentes e eficazes de operação, como melhora do monitoramento e da previsão hidrometeorológica e revisão de regras de operação dos reservatórios".

O engenheiro afirma que, considerando o enorme contingente de barragens existentes, todo o processo demandará vultuosos investimentos nas próximas décadas. "Esse é o próximo paradigma a ser vencido no setor barrageiro brasileiro, que ainda não incorporou em seus planejamentos essa nova condição", conclui.

[**Por:** Vagner Ricardo **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA OS SEGMENTOS DO MERCADO EM 2024

Os presidentes da CNseg e das quatro federações falam das expectativas e dos desafios para os negócios de cada segmento no próximo ano.

O desafio de ampliar a proteção das famílias, dos negócios e da sociedade persistirá para todos os segmentos do mercado segurador em 2024, ano em que é esperada a desaceleração da economia. A afirmação é do presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, que vê como factível a meta de crescer continuamente, que poderá ser facilitada por um conjunto de novas normas para os diversos segmentos.

As medidas microeconômicas voltadas para o setor, desde o incentivo à participação crescente no PAC até a modernização dos marcos de Saúde Suplementar e dos Planos PGBL e VGBL, estão entre as mais relevantes para potenciar o crescimento do mercado.

A seguir, as perspectivas para Seguros Gerais, Previdência e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização apresentadas pelos dirigentes das quatro Federações.

Edson Franco,
presidente da FenaPrevi

"O balanço do setor em 2023 é positivo. Os prêmios dos Seguros de Pessoas fecharam o terceiro trimestre de 2023 com mais de R$ 45,6 bilhões, alta de 7,1%, em comparação a 2022. O resultado demonstra que o valor percebido destes produtos pelos brasileiros está aumentando – foram pagos R$ 11,4 bilhões em indenizações. Mesmo assim, apenas 17% da população tem seguro de vida, e a participação do segmento no PIB é de 0,6%.

A Previdência viveu um dos melhores anos desde 2016 em arrecadação, com contribuições acima de R$ 124,7 bilhões no período. A poupança previdenciária totalizou R$ 1,3 trilhão, cerca de 12,8% do PIB.

O maior desafio para 2024 e a próxima década é aumentar a população protegida. São apenas 11 milhões de brasileiros com previdência aberta, número que pouco tem variado nos últimos anos – o que é preocupante, considerando-se a mudança demográfica e o acelerado processo de envelhecimento da população. Segundo o Censo 2022, 27,8% dos brasileiros têm mais de 50 anos e, em 2053, espera-se que sejam 100 milhões de pessoas.

O cenário econômico ainda é desafiador. A lenta recuperação da economia, associada às restrições ao crédito, mantém a renda média do trabalhador achatada em R$ 3 mil, próximo do observado no final de 2019, descontada a inflação. Além disso, entre os ocupados, 39 milhões são informais.

Em 2024, continuaremos trabalhando para trazer mais famílias para o sistema de proteção securitária e previdenciária. Estão em curso os projetos do Plano de Desenvolvimento do Mercado Segurador (PDMS), que ajudará a perseguir essa meta, pois permitirá a estruturação de novos produtos, mais flexíveis e ainda mais aderentes às necessidades dos clientes ao longo da vida. Dentre eles, destacam-se o Seguro de Vida Universal e o novo marco regulatório dos Planos PGBL e VGBL, com novas opções de pagamentos de rendas."

Antonio Trindade,
presidente da FenSeg

"O segmento de Danos e Responsabilidades abrange mais de 90 ramos de seguros. Partindo dessa premissa, e considerando a força e resiliência do mercado segurador como um todo – que contribui atualmente com 6% do PIB nacional –, a perspectiva de melhora do cenário econômico tende a reforçar na população o valor de proteger o patrimônio por meio do seguro. São nesses momentos que a cultura securitária mais avança.

A retomada das grandes obras de infraestrutura proposta pelo Novo PAC deve impactar positivamente uma ampla gama de seguros, particularmente os Patrimoniais para atividades em operação; Riscos de Engenharia para cobertura de obras; e o Garantia, que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas e é essencial para licitações e concessões públicas, além de Responsabilidade Civil e Transportes.

Mas não se pode ignorar os gargalos possíveis: de um lado, os extremos climáticos que se impõem como "o novo normal", com repercussões na cadeia produtiva global e, de outro, o desempenho da economia nacional, uma vez que a contratação de seguros tende a oscilar em função do aumento ou queda da renda.

Por último, vale destacar que o Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros (PDMS), elaborado pela CNseg em conjunto com a Fenacor, deve abrir uma janela de oportunidades para as modalidades que ainda não tiveram a adesão massiva que, tudo indica, terão em breve, como Residencial, Empresarial e Riscos Cibernéticos, além de diversas outras do leque de Responsabilidade Civil. Já o PLC 29, que dispõe sobre os seguros privados e teve voto favorável do relator no Senado, em 21 de novembro, promete contribuir para a segurança jurídica, pilar fundamental para o amadurecimento do mercado de seguros no Brasil."

Denis Morais,
presidente da FenaCap

“O segmento de Capitalização vive um momento histórico, com novas possibilidades de negócios e inovações que permitem oferecer produtos cada vez mais alinhados a diversos perfis de consumidores. Em 2023, o faturamento do segmento deve chegar a R$ 30 bilhões, apresentando 7% de crescimento, em relação a 2022. Dentre resgates e sorteios, a perspectiva é chegar a R$ 25 bilhões.

Cabe ressaltar o valor recorde de reservas técnicas, que deve chegar a R$ 40 bilhões neste ano, com incremento de R$ 1,5 bilhão oriundos da Filantropia Premiável, modalidade do segmento de Capitalização em que o titular, ao adquirir o título, cede o valor de resgate a uma instituição social.

Neste ano, também nos empenhamos nas discussões para o desenvolvimento do segmento, ampliando o uso e o potencial da Capitalização, com negociação direta sobre projetos de lei aprovados. Agora, a população poderá utilizar ainda mais os títulos como garantia de crédito, oferecendo mais segurança ao devedor e ao credor.

Além disso, aguardamos a aprovação do Projeto de Lei nº 3954 pela Câmara dos Deputados, que vai permitir o uso dos títulos como garantia nas licitações e contratações públicas de obras e serviços.

Para 2024, nosso intuito é manter o bom desempenho do setor, avançar ainda mais no campo regulatório e conquistar novos consumidores, contribuindo para a robustez do mercado segurador e, consequentemente, para o desenvolvimento da sociedade e da economia do País.”

Vera Valente,
diretora-executiva da FenaSaúde

“O setor de planos de saúde tem enfrentado desafios significativos nos últimos anos, e em 2023, não foi exceção. As operadoras de planos médico-hospitalares registraram um prejuízo operacional de R$ 4,4 bilhões apenas no primeiro semestre do ano. Apesar do momento crítico que atravessamos, é notável destacar que alcançamos cerca de 51 milhões de beneficiários no País, maior marca desde o início da série histórica, que começou a ser mensurada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 2000. Temos presenciado a resiliência e a capacidade de adaptação das seguradoras de saúde, que continuam a desempenhar um papel fundamental no cuidado da saúde dos brasileiros.

À medida que nos aproximamos de 2024, vislumbramos um ambiente de mais oportunidades. Para isso, defendemos a atualização do marco legal da Saúde Suplementar, datado de 1998, que é crucial para facilitar e ampliar o acesso aos planos de saúde.

A FenaSaúde está comprometida em construir um futuro mais saudável e seguro para todos os brasileiros. Entendemos que é um momento de união entre todos os elos da cadeia produtiva da Saúde Suplementar. Fornecedores, médicos, hospitais, operadoras de saúde e beneficiários – todos juntos, podemos contribuir para a sustentabilidade desse sistema.”

[**Por:** Vagner Ricardo]

'CONVERSA SEGURA' ESTREIA TEMPORADA DE VIDEOCASTS DO SEGUROPOD

Episódio que encerra a temporada em janeiro pretende mostrar como diferentes setores da economia são impactados pelos produtos do mercado segurador.

Uma boa maneira de ficar por dentro das principais tendências do mercado segurador tem nome e endereço na internet: "Conversa Segura", uma temporada de sete videocasts do SeguroPod, exibidos sempre às quintas-feiras, às 18h, no canal Youtube da Confederação, desde o fim de novembro. O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, é o apresentador do programa, que reúne executivos das mais diversas áreas econômicas.

O primeiro episódio, exibido em 23 de novembro, tratou de "Infraestrutura e Grandes Riscos", com a participação de Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), e de Alessandro Octaviani, superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Eles avaliaram o seguro como ferramenta auxiliar de políticas públicas e as perspectivas das empresas diante da implementação do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A temporada será encerrada em 4 de janeiro, com o episódio "Oportunidades e Desafios do Mercado Segurador pelo Olhar Estrangeiro", que pretende mostrar como diferentes setores da economia são impactados pelos produtos do mercado segurador. "Trouxemos para o debate temas e executivos da indústria de transformação, saúde, infraestrutura, agronegócio e do setor de seguros e resseguros. As conversas são de altíssimo nível", assegura Dyogo Oliveira.

IMERSÃO PELO CRESCIMENTO

A CNseg promoveu, em outubro, um encontro com 25 CEOs de empresas do mercado segurador, na sede paulista da Escola de Negócios de Seguros (ENS). A intenção do encontro foi revisitar os tópicos estratégicos para o setor, principalmente aqueles elencados no Plano de Desenvolvimento do Mercado Segurador (PDMS).

O estudo elaborado pela CNseg visa aumentar em 20% o total de pessoas seguradas no País e elevar para 10% a taxa de proporção de participação do setor em relação ao PIB. Hoje, essa taxa é de pouco mais de 6%. O encontro também possibilitou que os diretores da CNseg apresentassem a pauta dos principais assuntos discutidos em suas respectivas pastas.

SEMINÁRIO JURÍDICO DE SEGUROS

Desafios e soluções de questões judiciais complexas na Saúde Suplementar; Seguro de Vida e reflexões jurídicas; Seguro Auto versus o mercado ilegal da proteção veicular; e Seguro Garantia como instrumento de proteção de débitos tributários e não tributários foram os temas centrais discutidos no 6º Seminário Jurídico de Seguros, realizado em Brasília, em 30 de novembro. O objetivo do evento foi ampliar o conhecimento dos magistrados sobre o funcionamento de seguros para a tomada de decisões judiciais.

[**Por:** Fernanda Thurler **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

VOLUME DE PRÊMIOS DO SEGURO VIAGEM DEVE CHEGAR A R$ 1 BILHÃO

Estatísticas da FenaPrevi indicam que o produto vem desenhando uma curva ascendente, impulsionado pelo aumento da demanda do setor de turismo brasileiro no pós-pandemia

Na esteira do crescimento do setor de turismo brasileiro, que nos oito primeiros meses de 2023 registrou a marca recorde de quatro milhões de visitantes estrangeiros, o Seguro Viagem também poderá encerrar o ano com um marco histórico no volume de prêmios emitidos: R$ 1 bilhão. Até agosto passado, já haviam sido contabilizados R$ 556,4 milhões.

As estatísticas são da FenaPrevi, com base nos dados da Susep, e indicam que desde o ano passado o produto vem desenhando uma curva ascendente — impulsionado principalmente pelo aumento da demanda no mercado de turismo, represada nos anos de pandemia. Só no ano passado, foram arrecadados R$ 901 milhões, resultado 167% acima do observado em 2021. Foram pagos R$ 312,1 milhões em sinistros, 77% a mais que em 2021.

O Seguro Viagem não é obrigatório em todos os países, mas, desde o isolamento imposto pela pandemia de Covid-19, vem sendo beneficiado pelo aumento da conscientização do consumidor quanto aos riscos potenciais associados a viagens internacionais ou mesmo dentro do Brasil.

"As coberturas oferecem proteção no caso de emergências médicas, garantindo atendimento ambulatorial ou hospitalização", destaca Renan Tomazini, membro da Comissão de Produtos de Risco da FenaPrevi, acrescentando que outra proteção importante é contra riscos de cancelamento ou interrupções geradas por imprevistos, como no caso de desastres naturais ou falecimento.

Na sua avaliação, o fato de o produto hoje constar entre as prioridades para qualquer viagem reflete uma mudança de paradigma em relação à necessidade de proteção em meio às incertezas do cenário internacional.

"Nos deslocamentos para os Estados Unidos, os viajantes contratam o seguro principalmente em razão dos elevados custos e da complexidade do sistema de saúde norte-americano. Lá, a cobrança dos atendimentos não é unificada: cada etapa do processo é cobrada em separado, como o translado em ambulâncias e o uso de medicamentos", explica.

A excelente performance do produto no primeiro semestre deste ano contribuiu de forma significativa para o crescimento dos Seguros de Pessoas. Levantamento divulgado pela FenaPrevi, também com base nos números da Susep, mostra que o volume de prêmios deste produto somou R$ 29,2 bilhões no período, com alta de 8,2% em relação aos mesmos meses do ano passado.

> ***"Nos deslocamentos para os Estados Unidos, os viajantes contratam o seguro principalmente em razão dos elevados custos e da complexidade do sistema de saúde norte-americano."***
>
> **Renan Tomazini,** FenaPrevi

Deste total, cerca de R$ 14,3 bilhões (48%) referem-se à arrecadação no ramo dos Seguros de Vida nas modalidades individual e coletiva. Outros R$ 8,2 bilhões (28%) foram arrecadados com o Seguro Prestamista. As principais variações ocorreram no Seguro Viagem, que subiu 23,8%; Funeral (18,3%) e Vida Individual (18%), todos na mesma base de comparação.

FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EXPANSÃO DO SEGURO VIAGEM

O crescimento substancial do mercado deste seguro reflete não apenas uma mudança nas preferências dos consumidores, mas também uma resposta eficaz da indústria às crescentes complexidades do cenário internacional. A avaliação é de especialistas dos setores de seguro e de turismo, cujos prognósticos são de que o produto deverá continuar em trajetória ascendente nos próximos anos. São os seguintes fatores que vêm contribuindo para o crescimento do produto:

Personalização de coberturas - A oferta crescente de agências personalizadas com adaptação das garantias às necessidades específicas dos viajantes. A personalização tornou-se uma tendência dominante no setor, envolvendo desde coberturas médicas até proteção contra cancelamentos e atrasos.

Educação do consumidor - Tem importante papel no crescimento sustentável do mercado. Na medida em que as pessoas têm mais informações sobre os benefícios e mais segurança em suas viagens, elas tornam-se mais propensas a incorporar a proteção em seus planos de deslocamentos, contribuindo para a expansão contínua do setor.

Tecnologia e facilidade de acesso - Plataformas e aplicativos permitem que os viajantes pesquisem, comparem e adquiram produtos de forma rápida e eficiente. E a facilidade de acesso a informações sobre coberturas e a possibilidade de personalizar apólices, conforme as necessidades individuais, aumentam a atratividade do produto.

Mudança nas preferências de viagem - A exploração de destinos menos convencionais para o chamado turismo de aventura gera uma demanda específica por produtos com coberturas adaptadas a essas experiências, como a prática de esportes radicais e expedições em regiões remotas.

Seguro Viagem corporativo em ascensão - Com a expansão global das operações das empresas e mais profissionais viajando a negócios, o segmento de Seguro Viagem corporativo também está em ascensão. É grande a demanda das corporações por amplas coberturas em ambientes de negócios internacionais, de forma a garantir a saúde e a segurança dos funcionários.

Colaboração global - O aumento da colaboração entre seguradoras e empresas de viagens em âmbito mundial também corrobora para a expansão do mercado. Parcerias estratégicas permitem que as garantias ofereçam pacotes integrados, fornecendo aos viajantes uma abordagem abrangente para suas necessidades de seguro.

[**Por:** Bianca Rocha **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

A MÃO AMIGA DO SEGURO NOS MOMENTOS DE SUFOCO

Assistência 24 horas: leque de serviços é ampliado, e os produtos ganham popularidade entre os brasileiros para a solução de problemas cotidianos.

A Assistência 24 horas é o xodó das seguradoras, pois ajuda o cliente que recebe bom atendimento numa hora de sufoco a renovar a apólice de seguro. Dezenas de situações emergenciais em residências, ruas e estradas podem ser solucionadas pelos serviços assistenciais, que ganharam popularidade nos últimos anos e são peças-chave na tomada de decisão para a contratação de produtos residenciais e de automóveis.

Os serviços são desenhados para facilitar o dia a dia dos clientes, diferentemente da cobertura do seguro, que é solicitada em situações inesperadas, como descargas elétricas e incêndios, por exemplo. A assistência resolve problemas cotidianos, como perda de chaves, vazamentos, pane elétrica ou troca de pneu. Esse "help" tem sido a 'bala de prata' das seguradoras para atrair novos clientes por meio de pacotes que vão dos básicos aos mais sofisticados.

Segundo a vice-presidente da Comissão de Riscos Patrimoniais Massificados da FenSeg, Magda Truvilhano, no caso dos seguros residenciais, a assistência tangibiliza o uso do produto contratado, uma vez que a prestação do serviço não necessariamente está relacionada a um evento que cause prejuízo e exija indenização ao segurado.

"A pessoa compra o seguro residencial para não usar, porque não se espera que haja roubo, incêndio ou outro tipo de risco à residência. Mas os serviços podem ser acionados para ajudar na manutenção do imóvel, inclusive", explica Magda.

Os serviços de assistência não são novidades no mercado — existem desde que os seguros residenciais foram criados. A diferença é que, com o tempo, serviços mais sofisticados foram sendo adicionados aos básicos. Hoje, pode-se solicitar desde o conserto de um eletrodoméstico a atendimentos a pets, que, em geral, incluem transporte emergencial ao veterinário, consultas, vacinas em domicílio, envio de ração, leva e traz para banho e tosa, além de serviço funerário. A assistência pet, na opinião de Magda, é um bom exemplo para mostrar como a oferta de serviços evoluiu nos últimos anos.

> ***"Os pacotes de assistência foram sendo aprimorados de acordo com as necessidades e as mudanças de hábitos dos clientes, e os pets ganharam espaço."***
>
> **Magda Truvilhano,** Fenseg

"Os pacotes de assistência foram sendo aprimorados de acordo com as necessidades e as mudanças de hábitos dos clientes, e os pets ganharam espaço. As seguradoras entenderam que houve crescimento exponencial do mercado

de animais de estimação no Brasil e trouxeram essa facilidade para os produtos. A mesma coisa aconteceu com os 'help desk', que foram muito utilizados na pandemia, quando as pessoas precisaram de suporte à distância", destaca.

A despeito de o mercado oferecer uma gama ampla de serviços diferenciados, a maioria dos atendimentos continua sendo voltada para situações emergenciais, que envolvem eletricista, encanador e chaveiro. "Esses serviços representam em média 70% das solicitações de seguro residência. Os outros 30% são para necessidades mais esporádicas, como caçamba para retirar entulhos", detalha a representante da FenSeg.

Os pacotes das seguradoras costumam oferecer limites de uso das assistências. Limpeza de caixas d'água e dedetização, por exemplo, só são autorizadas uma vez por ano. Mas há flexibilidade na contratação: um plano intermediário pode garantir a utilização dos serviços em quantidades maiores.

AUTOMÓVEIS

No segmento de seguros de Auto, os serviços de assistência ganharam força a partir de 1990. O reboque, por exemplo, antes limitado ao atendimento a acidentes, passou a ser aceito também em casos de pane, e foi incluído ainda o serviço de chaveiro e socorros básicos de mecânica. Os pacotes passaram a variar em termos de quantidade de utilização e de quilômetro rodado para a realização dos atendimentos.

Segundo Marcelo Sebastião, presidente da Comissão de Automóvel da FenSeg, quase 50% dos clientes de seguro de automóvel usam os serviços de Assistência 24 horas.

"As seguradoras se preocupam em prestar um atendimento cada vez melhor, porque a qualidade da atenção é determinante para a retenção do segurado. Alguns clientes escolhem a seguradora não pelo preço do produto, mas pelos serviços que ele pode utilizar", afirma.

Os 'help desk' das seguradoras recebem centenas de solicitações diárias, que vão das mais básicas às mais graves. Há casos embaraçosos, como o de segurados que chamam o atendimento achando que o carro estava em pane, quando bastava destravar o volante; e outras curiosas, como o reboque de um carro blindado, mais pesado, em áreas de pouco espaço. "As remoções de veículos ocorrem geralmente em regiões críticas, onde é preciso uma verdadeira operação combinada para realizar a missão", explica Sebastião.

"As seguradoras se preocupam em prestar um atendimento cada vez melhor, porque a qualidade da atenção é determinante para a retenção do segurado."

Marcelo Sebastião, FenSeg

O coordenador da Graduação Gestão em Seguros da Escola de Negócios e Seguros, José Varanda, diz que além do serviço de reboque, outro muito procurado pelos segurados é o de 'motorista amigo' – profissional que dirige o veículo quando o dono está sem condições de fazê-lo.

Proprietário de uma corretora de seguros, ele conta que, certa vez, um segurado viajou de carro do Rio para São Paulo e se envolveu em um acidente na estrada. "O veículo precisou ser rebocado para o Paraná, onde passou por reparo, e a família voltou ao Rio de avião, tudo por conta da Assistência 24 horas do seguro".

Para Magda Truvilhano, apesar do leque de serviços ofertados, ainda há espaço para ampliar a lista, principalmente no seguro residencial. "Há assistências que incentivam a produção de energia limpa e o descarte correto de equipamentos e móveis, e outras oferecem *check up* residencial, com análise de vazamentos para reduzir o desperdício de água. O mercado tem se movimentado para inovar nesse sentido", conclui.

[**Por:** Vagner Ricardo **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

EL NIÑO, COMBUSTÍVEL ACRESCIDO AOS JÁ SEVEROS EFEITOS DO CLIMA

Fenômeno deve perdurar até o segundo semestre de 2024, mas com impactos reduzidos após dezembro, quando registra o ápice das atividades climáticas

O nipresente, o El Niño continuará a testar a resiliência das cidades e dos campos no País até o próximo ano, ao impor ainda mais intensidade e severidade a fenômenos climáticos extremos e perdas econômicas pesadas, a exemplo do que ocorre no mundo.

No Brasil, sua atuação mais intensa ocorre desde setembro, gerando danos extraordinários e variados: secas severas na região Norte, com redução de vazão dos rios, que são "estradas" para a população e o comércio locais; chuvas excessivas na região Sul, inundando cidades, ceifando vidas e paralisando a economia; ondas de calor ou de frio nas grandes metrópoles, ciclones extratropicais, desmoronamentos, alagamentos, incêndios florestais, atraso no plantio e infraestrutura danificada... Esses são alguns exemplos atribuídos ao El Nino, associado ao aquecimento global já constatado.

Climatologistas dizem que o fenômeno poderá perdurar até o segundo semestre de 2024, mas com impactos reduzidos após dezembro, considerado o ápice de sua atividade. Não significará uma trégua, contudo, já que o Nordeste tende a ser a próxima região afetada pela seca. Os efeitos difusos do El Niño, tempestades ou estiagem, no Centro-Oeste (celeiro do País) e no Sudeste (de maior densidade demográfica) estão no radar e são ainda mais preocupantes em termos de perdas econômicas ou de biodiversidade.

IMPACTOS NEGATIVOS

Para o presidente do Sindicato das Seguradoras do Norte/Nordeste, Ronaldo Dalcin, o El Niño provoca também diversos impactos no setor segurador, tendo em vista sua propensão de elevar as temperaturas, resultando em períodos de seca prolongados ou, simultaneamente e dependendo da região do País, aumento significativo do volume de chuvas. "Secas ou chuvas intensas impactam negativamente a sinistralidade dos seguros ao afetar diversas linhas de produtos", admite ele.

No caso da seca, o seguro rural demonstra claramente os efeitos dessas condições, refletidos nos números apresentados, e tem um impacto direto na colheita, podendo levar à redução ou até mesmo à perda total de safras, diz Dalcin. No caso do aumento das chuvas, isso se reflete também no seguro de automóvel, com acréscimo nas mensalidades, seja por situações como calço hidráulico, seja por aumento no uso e na demanda por assistências.

> ***"Essa condição se estende ao seguro empresarial. Podem ocorrer eventos relacionados a vendavais e danos elétricos, que, por vezes, resultam em incêndios em instalações fabris."***
>
> **Ronaldo Dalcin,** SindSeg Norte/Nordeste

"Essa condição também se estende ao seguro empresarial e residencial, dependendo da intensidade das chuvas e ventos. Podem ocorrer eventos relacionados a vendavais e danos elétricos, que, por vezes, resultam em incêndios em instalações fabris, por exemplo", destaca, acres-

centando à lista o seguro de vida, tendo em vista o risco de mortes de segurados.

Olhando as conclusões de uma série de debates sobre El Nino e as mudanças climáticas, não há como esperar dias mais tranquilos. A secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni, por exemplo, reconheceu que 66% dos municípios brasileiros (3.679 do total de 5.570) estão despreparados para suportar as mudanças climáticas.

Ela fez a afirmação ao participar, em outubro, de uma audiência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Pelas suas contas, quatro milhões de pessoas no Brasil foram afetadas diretamente por eventos climáticos severos entre 2013 e 2022: redução das chuvas entre o Centro e o Norte do País e inundações nas regiões Sul e Sudeste. Segundo ela, 10,6 milhões de hectares estarão inviáveis para a agricultura até 2030, em virtude das mudanças climáticas.

RECURSOS PARCOS

Os recursos para mitigar os efeitos das mudanças climáticas são muito reduzidos em todo o País. Isso significa que as perdas econômicas, considerando o cenário de extremos climáticos mais severos e frequentes, deverão evoluir, comprometendo a resiliência de cidades e do campo.

Secretaria de Mudança do Clima do MMA estima que 66% dos municípios brasileiros estão despreparados para suportar as mudanças climáticas.

Olhando para trás, é possível ter alguma ideia do potencial de danos. Um levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) calcula em R$ 586 bilhões os prejuízos causados por chuvas ou secas severas nos últimos dez anos. Chuvas e secas são dois dos fenômenos climáticos mais onerosos no País.

Levantamento da Confederação Nacional dos Municípios calcula em R$ 586 bilhões os prejuízos causados por chuvas ou secas severas nos últimos dez anos.

As estiagens provocaram perdas da ordem de R$ 352 bilhões, e os desastres decorrentes de chuvas severas, R$ 159 bilhões no período.

Para a CNM, os desastres naturais, dependendo da estrutura das regiões, "podem causar impactos secundários severos de interrupção de serviços essenciais como o abastecimento de água e energia, prejuízos econômicos e financeiros às propriedades públicas e privadas, agricultura, indústria e comércio, além de provocar mortes, ferimentos, doenças e outros diversos efeitos negativos ao bem-estar da população".

Tendo em vista a mitigação desses riscos, a CNseg estruturou uma proposta que cria o seguro social de catástrofes. Seu alvo são as famílias afetadas por calamidades decorrentes de desastres naturais, como enchentes e deslizamentos. A ideia é que a proposta da Confederação seja o substituto de um projeto que já tramita na Câmara dos Deputados, de autoria da deputada Tabata Amaral (PSB-SP).

As indenizações poderão ser repassadas via Pix, agilizando o socorro assim que as autoridades competentes decretem o estado de calamidade pública e sejam identificadas as áreas atingidas. Com preços módicos, algo entre R$ 2 e R$ 5 por mês, a proposta é que o seguro seja cobrado junto às contas de energia elétrica de cada residência no País.

No caso de sinistro, cada família receberia de R$ 15 mil a R$ 20 mil para custear despesas emergenciais, principalmente compra de alimentos e outros itens de subsistência, deixando a população de áreas afetadas menos dependentes da liberação de recursos públicos.

[**Por:** Vagner Ricardo **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

LEI DA UE CONTRA DESMATAMENTO AMEAÇA EXPORTAÇÕES DE 2024

Regulamento prevê a criação de um ranking dos países com riscos de desmatamento e promete barrar a entrada de produtos oriundos dessas áreas nos países do bloco

Uma bomba-relógio está endereçada aos países exportadores de *commodities* agrícolas e pecuárias a partir de dezembro de 2024. A data marca a vigência de uma legislação da União Europeia (UE) que promete barrar o ingresso, no bloco econômico, de produtos oriundos de áreas de desmatamento (ilegal ou não) ocorrido após dezembro de 2020.

Inicialmente, apenas florestas estão no radar do regulamento, mas há possibilidade de inclusão de outros produtos e biomas no futuro. Se confirmado, ampliará o risco de inflexão do comércio exterior e de perdas para países em desenvolvimento, que ainda têm vasta cobertura florestal e áreas agricultáveis disponíveis, como Brasil, Malásia, Indonésia e Tailândia.

O mercado segurador deve ficar atento aos desdobramentos da nova legislação da UE, porque a réplica do regulamento por outros blocos ou países pode ocorrer, o que ampliaria o alcance das restrições a produtos exportados e frustraria o desempenho de modalidades e ramos de seguros que envolvem as cadeias produtivas afetadas.

A nova legislação da UE prevê também a criação de um *ranking* dos países com baixo, médio e alto riscos de desmatamento ou degradação. "Nenhum país incentiva o desmatamento. Essa legislação da EU tem um caráter discriminatório e iminentemente punitivo", avalia Sueme Mori, diretora de Relações Internacionais da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Segundo ela, "essa espécie de selo da UE afetará a imagem dos países e se tornará um mecanismo para direcionar as compras dos importadores." Para evitar as penalidades a que os importadores estarão sujeitos a partir da vigência do regulamento, deverá ser realizado um *duo diligence* para comprovar que os produtos são provenientes de áreas livres de desmatamento ou degradação.

Há uma incerteza sobre como o Brasil será classificado e se essa classificação será regionalizada e/ou diferenciada por bioma. Dependendo da classificação adotada e dos procedimentos de devida diligência exigidos, o impacto poderá ser maior ou menor no setor agropecuário exportador", assinala o *paper* "Políticas Ambientais Brasileiras e o Novo Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento: Oportunidades e Desafios, escrito por Cristina Leme Lopes, Joana Chiavari e Maria Eduarda Segovia, pesquisadoras do Climate Policy Initiative/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CPI/PUC-Rio).

> ***"Nenhum país incentiva o desmatamento. Essa legislação da EU tem um caráter discriminatório e iminentemente punitivo."***
>
> **Sueme Mori,** CNA

REAÇÃO DOS PAÍSES

Vale lembrar que uma reclamação formal contra essa legislação foi encaminhada ao Comitê de Agricultura da Organização Mundial do Comércio (OMC). O documento assinado por 17 países em desenvolvimento, incluindo Brasil, Argentina, México, Nigéria, Peru, Tailândia, Indonésia, Malásia, destaca a preocupação com os impactos do regulamento da UE, que desconsidera esforços e compromissos assumidos pelas nações nos fóruns multilaterais adequados.

O chamado Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR) alcança diversos produtos de cadeias produtivas relevantes. A lista inicial da UE inclui soja, gado e derivados, cacau, café, óleo de palma, madeira, celulose e borracha, além de derivados, como couro e móveis. A União Europeia é o segundo principal mercado de produtos brasileiros de agronegócios.

"A medida impacta produtos muito representativos da pauta exportadora brasileira para a UE, que é atualmente o segundo principal parceiro comercial do Brasil. Estima-se que o Regulamento abranja cerca de US$ 17,5 bilhões das exportações brasileiras dos produtos afetados para a EU em 2022. O valor equivale a 34% do total exportado no ano passado para o bloco, assinala Mário Cardoso, gerente de Recursos Naturais da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo o especialista, a UE é também o segundo principal destino das exportações brasileiras de soja e derivados — importou 14% desses produtos em 2022, ou o equivalente a US$ 8,8 bilhões. No caso do café, mais de 51% dos embarques brasileiros destinam-se aos países da UE (US$ 4,3 bilhões em receita no ano passado).

O bloco é o terceiro principal destino de madeira, celulose e derivados exportados pelo Brasil. Em 2022, a UE recebeu 19% do total das exportações brasileiras dos produtos listados, equivalentes a US$ 3,3 bilhões. O bloco também é segundo principal destino das exportações brasileiras de gado, carne bovina e couro. Em 2022, a UE recebeu 6% do total das exportações brasileiras de tais produtos, representando cerca de US$ 920 milhões.

BRASIL NO FOCO

O presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, concorda que essa legislação, se aplicada, vai atingir o Brasil em cheio. Para ele, há muitas variáveis que poderão tornar o regulamento mais brando para algumas *commodities* e mais severas para outras.

No caso da soja, salvo se a UE desistir de consumi-la, será difícil disponibilizar outro fornecedor do porte do Brasil, o único capaz de ampliar sua produção a ponto de ser o primeiro país a ultrapassar a casa de US$ 50 bilhões de exportação do produto a partir deste ano. Hoje, Brasil e Estados Unidos são os maiores exportadores do grão para o bloco europeu, já que a Argentina enfrenta queda de safra. Os americanos, contudo, não têm mais capacidade de ampliar a área de produção, algo que só o Brasil pode fazer. No caso da carne, a lista de fornecedores é maior.

O estudo da PUC assinala que o EUDR beneficia países que expandiram a produção agropecuária às custas da conversão de sua vegetação natural. "A própria UE reconhece, na avaliação de risco do EUDR, que o regulamento poderá impactar negativamente o Brasil e favorecer os Estados Unidos", diz o texto.

"A medida impacta produtos muito representativos da pauta exportadora brasileira para a UE, que é o segundo principal parceiro comercial do Brasil."

Mário Cardoso, CNI

[**Por:** Glauce Carvalhal (*) **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE NOVA LEI DOS CONTRATOS DE SEGUROS

O avanço de novas tecnologias, como o desenvolvimento da inteligência artificial generativa (*chatgpt*), novas modalidades de relacionamentos sociais no trabalho e na família e a intensa necessidade de se aplicarem os princípios de sustentabilidade, inclusão e governança nas atividades empresariais desafiam os institutos jurídicos, em especial, na análise sistêmica das práticas e suas consequências.

No contexto de tantas mudanças, o movimento de alterações legislativas no Brasil segue em ritmo acelerado. Está em curso a Revisão do Código Civil, cuja comissão trabalha neste momento liderada pelo ministro Luis Felipe Salomão; a discussão sobre o Projeto de Lei de Inteligência Artificial, com o grupo de juristas sob a liderança do ministro Ricardo Vilas Boas Cueva; e há a expectativa de entrada em vigor da Lei de Seguros oriunda do PLC 29, em tramitação no Senado Federal.

Especificamente no caso do setor de seguros, houve uma ampla revisão das normas regulatórias promovida pela Susep, a ampliação da contratação de seguros por meios remotos, a criação do Sistema de Registro de Operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (SRO) e do *Open Insurance*, além da implementação recente do Sistema de Consulta de Seguros da Susep, pelo qual o cidadão poderá pesquisar os seguros que possui em seu nome.

O projeto de lei, que dará origem à nova Lei do Contrato de Seguro, está em trâmite desde 2004, tendo sido objeto de inúmeras discussões, com diferentes atores e que, no dia 21 de novembro deste ano, teve a publicação do relatório pelo senador Jader Barbalho, relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela aprovação o PLC, na forma de texto substitutivo.

Após apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça, o PLC será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e, uma vez aprovado, retornará à Câmara dos Deputados para apreciação das modificações implementadas pelo Senado. Por fim, quando aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto seguirá para sanção ou veto presidencial.

O novo texto apresentado tem como objetivo a modernização dos contratos de seguro em consonância com o princípio da transparência e com os objetivos de ampliação de acesso ao seguro e, nesse contexto, alinhado às iniciativas constantes no Plano de Desenvolvimento do Mercado Segurador (PDMS), divulgado pela CNseg, e com a Política Nacional de Acesso ao Seguro, promovida pela Susep.

A instituição de uma lei específica para o contrato de seguro parece estar compatibilizando o Brasil com o modelo adotado em diversos outros países, como Itália, França, Portugal, Espanha, Argentina

O novo texto do PLC 29 objetiva a modernização dos contratos de seguro em consonância com o princípio da transparência e com os objetivos de ampliação de acesso ao seguro.

e Chile. Assim, na prática, o Brasil passará a ter um microssistema jurídico sobre o contrato de seguro, o que pode promover uma melhor estruturação e clareza sobre os conceitos aplicáveis ao contrato, de modo a possibilitar mais transparência às relações jurídicas e facilitar a disseminação dos aspectos que envolvem o documento.

A nova proposta de lei contém 132 artigos, organizados em seis títulos e 16 capítulos, o que demonstra o detalhamento legal que será dado à matéria, e superou alguns aspectos constantes na antiga redação do PLC que, caso fossem aprovados, poderiam ter efeito reverso e pôr em risco as operações do setor.

Exemplos: excluiu-se do texto a necessidade de prévia aprovação pela Susep de todos os produtos antes de sua comercialização. Também foi suprimida a exigência de autorização prévia de segurados e beneficiários para a cessão de carteira do seguro, a realização da regulação e da liquidação do sinistro exclusivamente pela seguradora, a aplicação subsidiária da lei de seguros aos planos de saúde, e a previsão de manutenção do seguro destinado a garantir interesses que recaírem sobre empreendimentos, até a conclusão da obra, como nos seguros de engenharia, cuja garantia não possa ser interrompida.

Entre as inovações, o prazo máximo de 25 dias para a seguradora recusar a aceitação do seguro, independentemente da modalidade. Já a purgação da mora não poderá ocorrer em prazo inferior a 15 dias. Há também nova regra e prazo para a regulação: 30 dias para a regulação do sinistro em seguros massificados e grandes riscos, admitindo-se ao regulador estabelecer a extensão desse prazo para até 120 dias para tipos de seguro em que a verificação da existência de cobertura implique maior complexidade na apuração.

Entre as inovações propostas no novo texto do projeto de lei está o prazo máximo de 25 dias para a seguradora recusar a aceitação do seguro, independentemente da modalidade.

Reconhecida a cobertura, a seguradora terá o prazo máximo de 30 dias para pagar a indenização ou o capital estipulado em seguros massificados e para grandes riscos, admitindo-se igualmente ao regulador estabelecer a extensão desse prazo para até 120 dias em tipos de seguro em que a liquidação dos valores devidos implique maior complexidade na apuração.

Também prevê a adoção de critérios mais favoráveis ao segurado, ao beneficiário e ao terceiro prejudicado na interpretação dos contratos (art. 55), e extinção do Capítulo do Contrato de Seguro no Código Civil (art. 132)

Uma nova lei, como é natural, acarretará desafios que demandarão estudo, análise, interpretação para sua correta aplicação, diálogo entre os diferentes atores sociais e profundo sentido de cooperação, para que possamos concretizar os melhores resultados para toda a sociedade, consolidando a solvência, a sustentabilidade e a perenidade para o setor de seguros em prol da sociedade brasileira.

(*) Diretora Jurídica da CNseg

[**Por:** Michel Alecrim **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

REGULAMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOBRE O CLIMA ABRE NOVAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS

Agenda verde inclui crédito de carbono, energias renováveis e títulos verdes, mas a regulamentação ainda depende do Congresso Nacional e de órgãos do Governo

A ideia de transformar o Brasil em potência ambiental vem estimulando uma nova estratégia de desenvolvimento econômico, que tende a gerar oportunidades em diversos setores. Entre os caminhos para o crescimento que começam a ser trilhados estão os créditos de carbono, que oferecem remuneração para quem compensa as emissões de CO_2 principalmente da queima de combustíveis fósseis.

O projeto que regulamenta esse mercado tem avançado no Congresso Nacional, o que pode não só favorecer o crescimento de uma economia verde como dar mais segurança jurídica para as operações. E as empresas seguradoras já começam a desenhar produtos de seguros voltados para essas e outras necessidades de mitigação de danos ambientais, tendência que tende a beneficiar o mercado segurador.

No início de outubro deste ano, a Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou o Projeto de Lei 412/2022, de autoria do ex-senador Chiquinho Feitosa, que chegou a ser votado na legislatura anterior, mas não foi sancionado. Em um novo momento político e após um acordo que envolveu a bancada ruralista, o texto relatado pela senadora Leila Barros (PDT-DF) foi aprovado e remetido à Câmara dos Deputados.

A proposta regulamenta a chamada Política Nacional sobre Mudanças do Clima (Lei 12.187/2009), instituindo o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Com isso, teoricamente, criam-se condições práticas para que o Brasil cumpra suas metas internacionais.

"Não há dúvida que a nova legislação se tornará um marco muito importante para a política de emissão de gases de efeito estufa. O Brasil tem o compromisso de eliminar até 2030, por exemplo, o desmatamento ilegal. Para chegarmos lá, precisamos de mecanismos e de instrumentos legais", declarou a relatora do projeto.

O substitutivo da senadora Leila Barros foi submetido a mais de dez ministérios, entre eles, o da Fazenda e o de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, além de revisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social

> ***"O Brasil tem o compromisso de eliminar até 2030, por exemplo, o desmatamento ilegal. Para chegarmos lá, precisamos de mecanismos e de instrumentos legais."***
>
> **Leila Barros,** PDT/DF

Sustentável. Também incorporou contribuições da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

O objetivo é que os primeiros créditos sob a égide dessas novas normas sejam emitidos logo em 2024, permitindo inclusive desembolsos por parte do BNDES para financiar a aquisição desses ativos.

O objetivo é que os primeiros créditos sob a égide dessas novas normas sejam emitidos logo em 2024, permitindo inclusive desembolsos por parte do BNDES para financiar a aquisição desses ativos.

A proposta, que excluiu o setor do agronegócio, é estipular um limite de emissões em 25 mil toneladas de CO_2 por ano para as indústrias intensivas. Quem emitir acima desse patamar terá que reduzir a poluição gerada ou comprar créditos de carbono. A medida também pode permitir negociações no mercado global, por seguir parâmetros internacionais. Para o Ministério da Fazenda, é também o início da implementação do Plano de Transição Ecológica, pensado para deslanchar a economia verde.

AGENDA VERDE

Pode contribuir com o plano a aprovação por parte do Congresso Nacional da chamada agenda verde. Nela, estão contidos outros projetos, como o marco regulatório para as usinas eólicas *offshore*, que cria regras para a instalação de torres em alto mar para a produção de energia. Outra medida que depende de votação no Legislativo é o Marco Regulatório da Transição Energética, que é importante principalmente por criar normas para a produção do hidrogênio verde, além de deslanchar a descarbonização do transporte de cargas no Brasil, hoje praticamente dependente do diesel.

Outra estratégia para estimular o crescimento através de uma agenda ESG é a proposta do Governo de lançar títulos verdes da dívida externa (*green bonds*). Em setembro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, fizeram uma apresentação da operação na Bolsa de Nova York para investidores. A ideia é fazer a captação de recursos condicionados à aplicação em projetos sustentáveis que, pelo propósito ecológico, teriam juros mais baixos. A expectativa é de que se arrecade a princípio cerca de US$ 2 bilhões (algo em torno de R$ 10 bilhões) com a ação.

As questões ambientais movimentam os mercados não só por conta de investimentos em descarbonização e economia verde, mas também em virtude da necessidade de se mitigar os efeitos das mudanças climáticas já em andamento. Desastres causados por tempestades, tornados e secas, por exemplo, fenômenos que estão ficando mais agressivos, precisam da cobertura de seguros. Devido ao alto risco dessas operações, nem sempre há interesse por parte das seguradoras nesse modelo, mas uma mudança recente na legislação pode facilitar a modelagem de garantia.

São as Letras de Risco de Seguro e Resseguro (LRS), regulamentadas pela Lei 14.430/2022, que, para efetivamente serem lançadas, precisam da constituição de uma Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE). Por enquanto, segundo a Susep, há duas propostas em análise, mas ainda não homologadas. Nesse processo, outras medidas podem ser tomadas para garantir mais segurança jurídica ao funcionamento das LRS, como resoluções tanto por parte da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por se tratar de títulos que precisarão da injeção de recursos de investidores, quanto da própria Susep em conjunto com o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

[**Por:** Jorge Clapp **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

GT É VISTO COMO UM IMPORTANTE CANAL DE DIÁLOGO E BUSCA DE CONSENSOS

Coordenadora do grupo diz que a ideia é construir alternativas para impulsionar o seguro como instrumento de desenvolvimento econômico vibrante e sustentável

Seguros rurais, de garantias e de transporte rodoviário de cargas (regulamentação da Lei 11.442/07) figuram entre os destaques no Grupo de Trabalho (GT) "Seguros, Novo PAC e Neoindustrialização", criado pela Susep com o objetivo de buscar consenso entre seguradores, segurados e corretores e ampliar a demanda de seguros. Foram recebidos mais de 50 questionários na etapa de mapeamento das oportunidades de melhoria.

O GT é visto como um importante canal de interlocução, diálogo e busca de consensos entre consumidores, entidades do mercado de seguros, especialistas e autoridades públicas. "A ideia é construir alternativas para impulsionar o seguro como instrumento de desenvolvimento econômico que seja vibrante no curto prazo e sustentável no longo prazo", diz Júlia Normande Lins, coordenadora do GT.

Composto por sete subgrupos e diversos atores do mercado, o GT identificou a necessidade da construção de mais diálogos entre seguradoras e consumidores com o objetivo de adequar ou customizar os contratos às reais necessidades das partes envolvidas.

Houve também muitos apontamentos relacionados à necessidade de criação de eventual programa de capacitação para entidades públicas e privadas em matéria de seguros. "O GT é apenas o início de uma caminhada impulsionada pelo diálogo", afirma Júlia Lins.

Ao fim dos trabalhos, a Susep poderá traçar as metas para aprimorar a eficiência dos instrumentos securitários essenciais ao Novo PAC e à Nova Política Industrial. O GT pretende concluir seus trabalhos até meados de dezembro, prazo que foi prorrogado. O relatório final apontará os seguros mais relevantes para o setor em cada subgrupo, indicará os consensos de melhoria regulatória e listará os pontos de divergência.

> ***"A ideia é construir alternativas para impulsionar o seguro como um instrumento de desenvolvimento econômico que seja vibrante no curto prazo e sustentável no longo."***
>
> **Júlia Lins,** coordenadora do GT

DIÁLOGO

Os sete subgrupos coordenados pela Susep são integrados por representantes da própria autarquia e de outras instituições públicas e privadas, além de especialistas em cada um dos eixos definidos: Transportes; Água e Energia; Infraestrutura Urbana e Social; Agroindústria, Inovação e Sustentabilidade; Complexo Industrial de Saúde; Defesa Nacional e Soberania; e Transformação Digital na Indústria.

"Esses setores, segundo entendimento do Estado brasileiro, são os que merecem tratamento mais urgente e mais rápido na estruturação das grandes condições de investimento", afirma o superintendente da Susep, Alessandro Octaviani.

Já o diretor da Susep, Carlos Queiroz, destaca que o momento atual de plena interação não tem precedente. "Não me recordo de outro momento em que a Susep esteve tão inserida na formulação das políticas governamentais", afirma.

Por sua vez, a diretora da Susep, Jessica Bastos, aponta a importância da participação

do seguro nos programas que visam ao crescimento da economia brasileira. "O seguro protege o patrimônio econômico de um país, e o setor precisa acompanhar o crescimento da economia", pontua.

INFRAESTRUTURA

A expectativa é grande no setor privado, desde a reunião de lançamento do GT, no início de setembro. Na ocasião, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, destacou que o GT servirá de base para ampliar o diálogo entre o mercado de seguros e os segmentos ligados à infraestrutura.

"Os debates e as propostas do GT vão contribuir para que o setor de seguros seja reconhecido como um relevante instrumento de proteção e, sobretudo, como parceiro institucional do desenvolvimento", disse ele, citando ainda a possibilidade de o mercado alocar parte de suas reservas em títulos públicos e privados.

Os corretores de seguros também estão otimistas. "A implementação das propostas aprovadas no GT da Susep será preponderante para que o setor possa dobrar sua participação no PIB brasileiro, hoje na faixa de 6%, afirma o presidente da Fenacor, Armando Vergilio.

"Os debates e as propostas do GT vão contribuir para que o setor de seguros seja reconhecido, sobretudo, como parceiro institucional do desenvolvimento."

Dyogo Oliveira, CNseg

"A implementação das propostas aprovadas no GT da Susep será preponderante para que o setor possa dobrar sua participação no PIB, hoje na faixa de 6%."

Armando Vergilio, presidente da Fenacor

NOVO PAC TERÁ RECURSOS DA ORDEM DE R$ 1,7 TRILHÃO

Segundo a Susep, o Novo PAC e os programas federais de Neoindustrialização podem gerar um impacto da ordem de R$ 500 bilhões somente para o seguro garantia em médio prazo.

A projeção inicial do Governo é de investimentos de aproximadamente R$ 1,7 trilhão somente no que se refere ao Novo PAC, que irá viabilizar obras, como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, linhas de transmissão, fontes de geração de energia de baixo carbono e mobilidade urbana, entre outros.

No caso do seguro garantia, o foco é direcionado para a Lei 14.133/2020, a nova Lei de Licitações, que aumentou para 30% o percentual de proteção para obras acima de R$ 100 milhões.

A intenção é alinhavar ações que possam deixar mais claro o papel das seguradoras nos projetos do PAC. A Susep chegou a atualizar algumas regras relativas ao seguro garantia. Mas, com a vigência da nova Lei das Licitações, é preciso criar modelos de contratos mais atrativos e, se possível, padronizados, para que as seguradoras se sintam mais confiantes e dispostas a atuar nesse segmento.

Além disso, o seguro garantia foi debatido em reunião entre o superintendente da Susep, Alessandro Octaviani, e o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, que manifestaram o desejo de utilizar o seguro garantia de forma mais intensa para ampliar e facilitar a concessão de crédito.

[**Por:** Vagner Ricardo **Fotos:** Divulgação, Fernando Martinho]

ROBERTO SANTOS PASSA O BASTÃO NA PORTO E INICIA NOVO CICLO NO GRUPO

Após 21 anos no grupo, o executivo se prepara para assumir um assento no Conselho de Administração da Porto e permanece no Conselho Diretor da CNseg.

O executivo Roberto Santos despede-se, agora em dezembro, do comando da Porto, dois anos antes do prazo limite previsto nos estatutos do grupo (65 anos). Ao sair, aos 63 anos, ele cumpre um ciclo de sete anos na presidência da Porto e um total de 21 anos de atividade no grupo.

Na sequência, ele pretende ocupar, "se Deus quiser, até os 70", um assento no Conselho de Administração do grupo e participar de três comitês (Riscos, Conselho Consultivo da companhia e Saúde), quando fecha o novo ciclo e atinge a idade limite para permanecer na Porto. Também permanecerá à frente do Conselho Diretor da CNseg, na qualidade de seu presidente.

Roberto Santos conta que a decisão de deixar o cargo de CEO da Porto foi tomada no ano passado, logo após uma cirurgia inesperada na coluna. Foi o sinal para desacelerar, no entender de Roberto Santos, e acertar sua saída com Bruno Garfinkel, presidente do Conselho de Administração do grupo, e participar da escolha de seu sucessor: Paulo Kakinoff, que será o novo CEO da empresa a partir de janeiro de 2024. Kakinoff faz parte do Conselho de Administração da Porto e teve seu nome confirmado em maio deste ano.

Desde 2022, Roberto Santos começou a se preparar para a despedida, encerrando o ciclo de 43 anos de atividade no mercado segurador. Ele estreou na SulAmérica no começo dos anos 1980, década em que a receita média do setor se arrastava em 0,9% do PIB. Agora, perto de sua despedida, a arrecadação equivale a 6,5% de todas as riquezas produzidas no País. "E alcançará os 10% do PIB em 2030", profetiza ele.

A gestão de Roberto Santos exibe números robustos em seu último ano. Até o terceiro trimestre, todas as verticais de negócios (Porto Seguro, Porto Bank e Porto Saúde) apresentam resultados positivos. A companhia registrou R$ 621,1 milhões de lucro recorrente, alta de 127,7% em relação ao mesmo período de 2022. Já no acumulado de janeiro a setembro, o lucro líquido foi de R$ 1,62 bilhão, aumento de 180,3%.

"Estamos muito animados nessa reta final e confiantes de que fecharemos o ano com grandes resultados, mais uma vez", escreveu ele no LinkedIn. Ativo nas redes sociais, Roberto Santos tem quase 19 mil seguidores, com os quais mantém diálogo permanente, prestando contas das principais ações do grupo.

Poucos seguidores sabem, contudo, de seu hábito de trocar o terno por um macacão de serviço para, eventualmente subir, em um caminhão-guincho, assumir as funções de auxiliar e acompanhar a rotina de colaboradores dos serviços de assistência da seguradora. O objetivo é identificar, *in loco*, pontos de atenção e possíveis melhorias nessas operações.

Sem que soubessem, diversos segurados dos serviços de assistência 24 horas da Porto foram atendidos pelo dirigente máximo da seguradora nos últimos anos. Em momentos cômicos ou

Roberto Santos tem quase 19 mil seguidores no LinkedIn, com os quais mantém diálogo permanente, prestando contas das principais ações do grupo.

icônicos, Roberto Santos participou ativamente da limpeza do esgoto do imóvel de um segurado, empurrou um carro incendiado envolto numa nuvem de cinzas e agilizou o processo de translado de veículos segurados para pátio legal.

São páginas que contam quase quatro décadas de vida dedicada ao mercado e revelam, em parte, o esforço individual de Santos para tornar o setor "sexy" para seus clientes. Olhando para o passado, desde a época da economia analógica até a virada digital, há avanços significativos na jornada do consumidor.

O chamado seguro multirrisco, por exemplo, que reúne em um só contrato diversas coberturas e hoje pode ser contratado em poucos cliques no computador, anos atrás exigia paciência do consumidor. A começar pela emissão de uma apólice para cada cobertura (incêndio, roubo e furto, danos etc.), além da consulta ao livro verde da editora Roncarati, que reunia as atividades econômicas, os códigos e a taxa do prêmio para cada tipo de segurado.

Naquela época, em tempos de produção elevada, as companhias usavam profissionais de seus diversos departamentos para datilografar, em casa, os contratos de seguros. A era da emissão externa rendia uma grana extra alta no fim do mês, e Roberto Santos era um dos que levavam trabalho para casa na época da SulAmérica.

O curioso é que, apesar da contratação trabalhosa, os seguros de Incêndio tradicional, Cascos Aeronáuticos e de Transporte eram produtos nobres das seguradoras na década de 1980. Automóvel era quase um "patinho feio" naqueles anos até a Porto surgir com um produto inovador: o serviço de guincho de automóvel e de assistência residencial acoplado ao seguro contra roubo e furto.

Depois, o mercado adotou o conceito de justiça tarifária no seguro de Auto, encerrando a era de preço único das coberturas que vigorou até o fim dos anos 1990, independentemente da região. O advento do multirrisco entre 1992 e 1993 significou o fim do seguro de Incêndio tradicional, impondo um ritmo de contratação mais dinâmico e simplificado, lembrou Roberto Santos.

Moral da história: sim, Roberto Santos, olhando para o passado, o mercado é cada vez mais "sexy".

[**Por:** Gabriel Oliven **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

ACIDENTES EM ACADEMIAS REFORÇAM A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DOS SEGUROS

Episódios recentes mostram a importância de os estabelecimentos terem responsáveis técnicos e a cobertura de RC Profissional e RC Operações

De um lado, saúde, boa forma e qualidade de vida; de outro, negligência e descuidos que podem acarretar lesões graves, indenizações e danos à imagem. As academias de ginástica procuram melhorar as condições de segurança para a prática de exercícios e atividades esportivas, como forma de mitigar riscos para os alunos. Casos de acidentes envolvendo principalmente aparelhos de musculação e cárdio acenderam a luz amarela quanto à necessidade de proteção de prejuízos por meio do seguro de Responsabilidade Civil.

Segundo dados da Contex, empresa de inteligência em vendas B2B, o Brasil tem mais de 32 mil academias de ginástica em funcionamento, frequentadas por 21% dos brasileiros, o que o torna o segundo país que mais pratica musculação e esportes nesses estabelecimentos. A demanda crescente reforça a importância de precauções básicas e planos de segurança que contemplem o bem-estar dos alunos e a proteção do negócio. O cuidado serve ainda para academias de dança e de lutas, escolas de natação e centros esportivos.

Um caso de grande repercussão, ocorrido em agosto, jogou luz sobre o tema. O motorista de aplicativo Regilânio da Silva Inácio foi atingido por um aparelho de musculação chamado *hack squat*, com carga de 150Kg, numa academia de Juazeiro do Norte, no Ceará. Usado para fazer agachamentos, o aparelho não estaria com a trava de segurança acionada. Inácio sentou-se na base da máquina, e o aparelho desabou sobre as costas dele, causando uma lesão que pode deixá-lo paraplégico.

Esse não foi um caso isolado. Em 2021, o 4º Juizado Especial Cível de Brasília condenou uma academia a pagar danos morais e materiais a uma aluna em razão de acidente. Ela fazia musculação quando o professor que a orientava deixou cair uma barra de ferro de 13kg na sua cabeça. O acidente provocou um coágulo sanguíneo na cabeça, e ela foi internada em UTI para observação.

Em setembro, a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF confirmou a sentença que condenou uma academia de Águas Claras a pagar indenização de R$ 3 mil por danos morais à aluna que caiu enquanto corria na esteira. O vídeo mostra que a aluna não recebeu orientações adequadas sobre o uso do aparelho.

Além das instruções corretas e da vistoria periódica dos equipamentos, as academias têm o seguro como forte aliado. São dois tipos de proteção mais requisitados: o RC Profissional e o RC Operações. O primeiro cobre a responsabilidade da academia e de seus colaboradores por erros, omissões ou negligência. A apólice ressarce prejuízos financeiros ou danos materiais e à saúde causados a terceiros, decorrentes de erro de concepção ou de aplicação do conhecimento do profissional.

Já o segundo abrange danos corporais ou materiais que ocorram durante as atividades na academia. A apólice de RC visa cobrir danos causados por uso e conservação do imóvel e

suas instalações e por erros na execução de sua atividade principal decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia.

Segundo Juliana Alves, vice-presidente da Comissão de RC Geral da FenSeg, o segurado e o corretor precisam estar atentos às diferentes versões de cláusulas disponíveis no mercado para entender quais são os danos cobertos que tratam de erros e omissões no caso do RC Profissional. "Aqui também falamos de negligência, imprudência ou imperícia, mas esse produto é diretamente atrelado ao profissional que tomou uma decisão errada", alerta.

Segundo o Conselho Federal de Educação Física (Confef), esses estabelecimentos devem ter registro obrigatório no órgão, o que garante o cumprimento de normas de segurança e qualidade exigidas pelo Conselho.

"Os estabelecimentos registrados no sistema têm um responsável técnico, o profissional habilitado para preservar a saúde, a segurança e o bem-estar dos consumidores. Ele deve sempre agir em favor da prevalência do interesse público sobre o privado", observa Eduardo Netto, conselheiro do Confef.

Netto lembra ainda que, durante o horário de funcionamento da academia, exige-se a presença de um profissional de Educação Física registrado no Sistema para garantir a integridade dos clientes, oferecer orientações adequadas sobre o uso dos equipamentos e promover treinamentos seguros e eficazes. Por último, ele destaca a necessidade de profissionais habilitados em primeiros socorros para lidar com situações de emergência.

"Ter alguém capacitado para prestar os primeiros socorros pode fazer a diferença em casos de lesões repentinas, indisposições ou acidentes durante a prática de exercícios", afirma.

A Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte (SBME) também alerta para os cuidados necessários nas academias, como o controle rigoroso de exames preventivos, especialmente cardiovasculares, para reduzir o risco de mal súbito e eventos cardíacos durante a prática de exercícios.

Segundo Marcelo Leitão, diretor científico da entidade, o atendimento de urgência é outro ponto fundamental. "As academias precisam estar prontas para atender casos de emergência. Além de contatos com unidades de saúde, é importante ter um desfibrilador externo automático. Convênios com serviços de remoção também fazem parte. O que não pode é acontecer um evento e a academia dizer que não sabia", afirma.

"Aqui também falamos de negligência, imprudência ou imperícia, mas esse produto (RC Profissional) é diretamente atrelado ao profissional que tomou uma decisão errada."

Juliana Alves, FenSeg

"Ter alguém capacitado para prestar os primeiros socorros pode fazer a diferença em casos de lesões repentinas, indisposições ou acidentes durante a prática de exercícios."

Eduardo Netto, Confef

[**Por:** Celia Perrone **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO: ESTÍMULO À DISCIPLINA FINANCEIRA

Além de funcionar como uma economia programada de prazo definido, os produtos têm o apelo lúdico do sorteio, muito apreciado entre os brasileiros

A Capitalização vem demostrando segurança e solidez ano a ano – e os números comprovam isso. No ano passado, o segmento movimentou R$ 28 bilhões, e a previsão é fechar 2023 com mais de R$ 30 bilhões. De janeiro a setembro de 2023, o montante pago à sociedade, por meio de resgates e sorteios, totalizou R$ 18 bilhões.

A Capitalização funciona como uma economia programada de prazo definido, com pagamento único, em parcelas mensais ou periódicas. Durante a vigência do título, o consumidor participa de sorteios e, no fim do prazo, pode resgatar o dinheiro guardado ou destinar o valor do resgate para instituições do terceiro setor.

A economista e criadora do canal de educação financeira Econoweek, Yolanda Fordelone, diz que os títulos proporcionam uma economia forçada. "É um recurso que ajuda na disciplina financeira e serve como porta de entrada para a pessoa começar a poupar dinheiro. Mas não é um investimento", afirma.

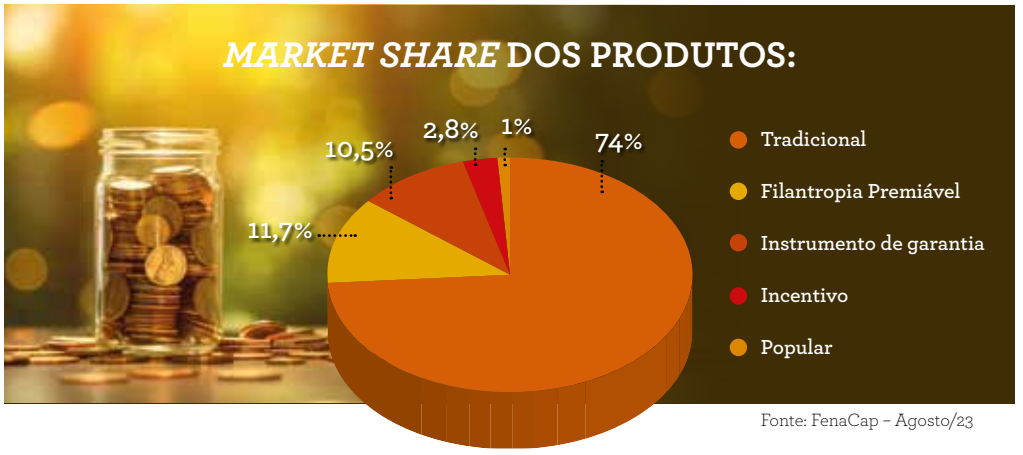
Ela acredita que o sucesso deste produto financeiro é o pagamento parcelado dos depósitos. "O brasileiro compra parcelado, e a obrigação de fazer pagamentos mensais cria um compromisso e facilita o esforço de economizar", comenta.

Denis Morais, presidente da FenaCap, destaca que o portfólio de produtos possibilita guardar dinheiro para realizar um plano ou fazer uma reserva financeira, garantir crédito e contratos como o do fiador na locação de um imóvel, fazer doação para uma instituição filantrópica, promover campanhas de incentivo e comprar de forma programada um bem móvel – tudo isso, enquanto participa de sorteios.

"O produto é muito aderente ao perfil do brasileiro. A Capitalização une o estímulo à disciplina financeira, um dos grandes desejos da população, com o aspecto lúdico dos sorteios", ressalta Denis.

Esse é o caso do mecânico Sebastião Silva, que adquiriu um título de capitalização da Brasilcap como forma de economizar. Assim que resgatou, pagou o curso de inglês técnico, comprou livros e reformou a moto. Adquiriu um novo título e foi sorteado no primeiro mês. Comprou um apartamento e um carro. "O que começou como uma forma de me ensinar a economizar, virou um hábito. Acabou um, faço outro para ganhar o prêmio", afirma.

> ***"A Capitalização une o estímulo à disciplina financeira, um dos grandes desejos da população, com o aspecto lúdico dos sorteios, algo que faz parte da nossa cultura", resume."***
>
> **Denis Morais,** FenaCap



Fonte: FenaCap – Agosto/23

DIVISOR DE ÁGUAS

A vendedora Cleide Silva, de Fortaleza, costuma comprar aos sábados um ou dois títulos de capitalização de R$ 5 a R$ 10 na modalidade filantropia premiada e já foi sorteada duas vezes. Na primeira, ganhou R$ 165 mil e, na segunda, dois carros. "Esses prêmios foram um divisor de águas na minha vida. Paguei a faculdade da minha filha, comprei uma pastelaria para meu marido e ainda ajudei algumas pessoas da família. O restante, eu investi", conta.

Até setembro, o mercado de Capitalização já havia repassado cerca de R$ 1,1 bilhão para instituições filantrópicas, como a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE). Para o presidente da entidade no Brasil, José Turozi, a filantropia premiada tem feito a diferença na vida das pessoas que são atendidas pelas 2,2 mil unidades da rede APAE.

"Com esses recursos, foi possível adquirir equipamentos e fazer melhorias nas instalações, além de possibilitar a contratação de profissionais como médicos, terapeutas e psicólogos e a promoção de cursos de capacitação para os pacientes. Isso melhorou significativamente a qualidade de vida das pessoas", avalia.

Lucas Mendes, de 25 anos, que tem TDAH, se profissionalizou no curso de copa e cozinha. Quando ele saiu do ensino médio, só conseguiu um emprego depois de frequentar os cursos da APAE por dois anos. "Fui indicado para uma vaga em uma grande rede de *fast food*. Essa oportunidade mudou muito a minha vida: conheci pessoas e descobri novos talentos", detalha.

"O que começou como uma forma de me ensinar a economizar, virou um hábito. Terminou a vigência de um título, eu adquiro outro para ganhar o prêmio de novo."

Sebastião Silva, mecânico

"Os prêmios foram um divisor de águas na minha vida. Paguei a faculdade da minha filha, comprei uma pastelaria para meu marido e ainda ajudei pessoas da família."

Cleide Silva, vendedora

MODALIDADES DOS TÍTULOS

Os títulos de capitalização são oferecidos em diversas modalidades para atender a diferentes perfis e necessidades de clientes, o que reforça a capacidade de adaptação de um setor que vive em transformação. São elas:

- **Tradicional:** é a modalidade mais conhecida: o cliente adquire um título, concorre a prêmios e, ao final do prazo, recebe o valor corrigido pela TR.
- **Instrumento de garantia:** é dado em garantia a uma operação comercial, e permite ao concorrer a prêmios. Pode ser utilizado para alugar um imóvel em substituição ao fiador e para garantia de crédito, por exemplo.
- **Popular:** é a modalidade mais acessível e tem valores de aquisição baixos. O foco são prêmios instantâneos, com retorno de parte do valor pago por meio do resgate final.
- **Filantropia premiável:** o consumidor doa o valor do resgate para uma instituição filantrópica ou beneficente e ainda concorre a prêmios durante o período de vigência do título.
- **Compra programada:** o cliente guarda os recursos necessários à aquisição de um bem específico e ainda concorre a prêmios que podem valer mil vezes mais que valor do bem desejado.
- **Incentivo:** em geral adquirido por empresas, viabiliza a realização de ações promocionais com sorteios de prêmios. Comum no varejo, a modalidade tem um apelo especial em datas comemorativas. Pode atender a objetivos como fazer girar o estoque e fidelizar clientes.

[**Por:** Jorge Clapp **Fotos:** Divulgação, Divulgação, Banco de Imagens]

RISCOS NOMEADOS E OPERACIONAIS DOBRAM DE TAMANHO EM DOIS ANOS

Resultado foi impulsionado por mudanças trazidas pela Circular 407/21 e pela insegurança gerada no período da pandemia de Covid-19

Os riscos nomeados e operacionais, modalidades voltadas para atividades industriais, comerciais e de serviços a partir de R$ 15 milhões de limite máximo de garantia (LMG), estão entre as carteiras que mais crescem no pós-pandemia. Segundo dados da Susep, os prêmios registrados no ramo mais que dobraram entre 2020 e 2022, chegando a registrar R$ 6,5 bilhões no ano passado.

Segundo o professor da Escola de Negócios e Seguros (ENS), Eduardo Arias, até a edição da Circular 407/21 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), eram enquadrados como seguros de Riscos Nomeados (RN) e Riscos Operacionais (RO), aqueles com limites superiores a R$ 100 milhões. Após a edição dessa norma, o enquadramento caiu para riscos com Limite Máximo de Garantia (LMG) superiores a R$ 15 milhões, o que vem contribuindo para o crescimento da receita.

"O cenário de insegurança experimentado pela população durante o período de pandemia trouxe uma visão diferenciada sobre o seguro empresarial e vem despertando a atenção de todos para a necessidade de proteção dos bens materiais", afirma Arias.

O QUE SÃO?

Nos seguros de Riscos Nomeados, o segurado indica as coberturas que deseja contratar, sempre analisando, junto ao corretor, os riscos aos quais a sua atividade está efetivamente exposta. A cobertura básica garante riscos de incêndio,

queda de raio dentro da área ou no edifício onde estiverem os bens segurados, e explosão de qualquer natureza.

Já o seguro de Riscos Operacionais destina-se, essencialmente, a complexos industriais de grande porte, utilizando como base as condições de coberturas *all risks*, praticadas pelos mercados europeu e norte-americano.

De acordo com Arias, as coberturas *all risks* se encaixam perfeitamente na contratação de seguros de grandes complexos industriais caracterizados como riscos de alta complexidade. "Nestes casos, é quase impossível definir e nomear as coberturas, pois sempre haverá a possibilidade de algum tipo de cobertura ficar fora da garantia do seguro", explica.

Nesse seguro, além das mesmas coberturas oferecidas nos seguros de Riscos Nomeados, também pode ser concedida, de forma opcional, uma das seguintes coberturas: interrupção de negócios consequente de danos materiais – perda de receita bruta; ou lucros cessantes decorrentes dos danos materiais.

RISCOS CLIMÁTICOS

Para o especialista, apesar de não haver no Brasil, a incidência de grandes desastres provocados por condições climáticas, está sendo registrada maior demanda por seguros para esses riscos. Nesse cenário, os seguros mais procurados são os de Danos Materiais e Lucros Cessantes, mais apropriados para empresas que podem ter suas atividades interrompidas por eventos climáticos.

> *"Com a efetivação dos danos provocados pelas mudanças climáticas, é esperado que os custos desses seguros sejam majorados, como consequência do aumento da sinistralidade."*
>
> **Eduardo Arias,** ENS

"Com a efetivação dos danos provocados pelas mudanças climáticas, é esperado que os custos desses seguros sejam majorados, como consequência do aumento da sinistralidade", conclui Arias.

Uma jornada inovadora tem início e meio, mas nunca um fim.

Estude na Escola de Negócios e Seguros, a maior instituição de ensino especializada em Seguros da América Latina.

- **GRADUAÇÃO**
- **PÓS-GRADUAÇÃO**
- **MBA**
- **IMERSÕES INTERNACIONAIS**
- **CERTIFICAÇÕES AVANÇADAS**
- **E MUITO MAIS!**

CONHEÇA MAIS
SOBRE A ENS EM:
ens.edu.br
0800 025 3322

NOSSAS UNIDADES

Rio de Janeiro
Rua Senador Dantas, 74
Centro, Rio de Janeiro - RJ

São Paulo
Rua Augusta, 1600
Consolação, São Paulo - SP

ens
A sua Escola de Negócios e Seguros.

NOTÍCIAS DO SEGURO

O essencial do mercado em um só lugar.

Desvende o universo do mercado segurador com o portal Notícias do Seguro.

Explore informações exclusivas, tendências e insights que moldam o setor.

Notícias do Seguro, sua fonte confiável de conhecimento - sempre atualizada.

noticiasdoseguro.org.br

CNseg